

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GERUSA CITADIN RIGHETTO

**TESSITURAS E RETALHOS DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO E NA
LITERATURA: ESCRIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA PROFESSORA E
ESCRITORA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA
2025**

GERUSA CITADIN RIGHETTO

**TESSITURAS E RETALHOS DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO E NA
LITERATURA: ESCRIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA PROFESSORA E
ESCRITORA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Alex Sander da Silva

CRICIÚMA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R571t Righetto, Gerusa Citadin.

Tessituras e retalhos de mulheres negras na educação e na literatura : escrevivência de uma mulher negra professora e escritora na região sul de Santa Catarina / Gerusa Citadin Righetto. - 2025.

92 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2025.

Orientação: Alex Sander da Silva.

1. Educadoras negras - Santa Catarina. 2. Escritoras negras. 3. Mulheres na educação. 4. Negras na literatura. 5. Preconceitos - Prevenção. I. Título.

CDD 23. ed. 305.89608164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

GERUSA CITADIN RIGHETTO

**TESSITURAS E RETALHOS DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO E NA
LITERATURA: ESCRIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA PROFESSORA E
ESCRITORA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação na área de Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 15 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Sander da Silva - UNESC - Orientador

Profa. Dra. Rosemar Gomes -Doutora - (UFPel)

Profa. Dra. Maria Aparecida Rita - Doutora

Profa. Dra. Gisele Rezende da Rosa – Doutora (suplente)

A todas as mulheres. Às invisíveis pobres
negras tristes e soterradas pela
discriminação e pelo preconceito. A todas
as mulheres, cujo ventre gerou a
perpetuação do sofrimento e, vez ou outra,
gerou esperança e luta.

AGRADECIMENTOS

Como é bom agradecer, ser grata a mais uma etapa concluída. Quero agradecer primeiramente a Deus, que me guiou diariamente a trilhar este caminho, dando-me discernimento e sabedoria para escolher o que é certo. Tenho certeza de que não chegaria aonde cheguei se não fosse com Sua ajuda, pois sei que Ele guia cada passo meu e me conduz, me alimenta dá forças e esperanças em cada momento de dificuldade e sempre ilumina meu caminho com Sua presença constante.

Agradecer a minha mãe pelo exemplo de perseverança, coragem e determinação em estar no magistério por tantos anos e me transmitir seu legado, sua garra, vontade de ensinar e estar próximo dos que mais necessitam sempre.

A minha família, pois foi dela que recebi o maior apoio, incentivo para retomar os estudos após estar distante da Universidade há 25 anos. Foram eles que me ampararam nos momentos de incerteza, desânimo e aceitaram minha ausência por diversos momentos.

Ao meu esposo, por tudo que compartilhamos juntos, principalmente nesses anos de dedicação ao curso, onde o carinho, o incentivo e a palavra de força se fizeram presente em todos os momentos.

Agradeço a minha filha, minha parceira, companheira, que em meio a adolescência teve maturidade, para acompanhar todos os meus percalços, ausências, distanciamento. Ela acompanhou toda minha jornada acadêmica e esteve ao meu lado participando de todo meu processo de escrita, muitas sugestões e opiniões surgiram dela, na verdade ela também acabou mergulhando nas obras de Conceição Evaristo, tomou conhecimento do meu objeto de pesquisa, acredita no mesmo propósito que me propus a pesquisar e sempre tem uma palavra carinhosa que me impulsiona para esta tão almejada conquista.

Quando falo deles, o choro é inevitável, meus olhos se enchem de lágrimas e me dá um nó na garganta, mas não poderia deixar de agradecer três pessoas muito importantes que me deixaram nesse período de estudo. Primeiro, minha tia Mercy, carinhosamente apelidada de Lola, a qual sempre foi para mim um pouco de tudo: mãe, pai, vó, tia, companheira, conselheira. Ia para o mestrado e ela ficava sentadinha em seu sofá, voltava e estava ali, sempre com o olhar carinhoso e a frase “graças a Deus que você chegou”, porém nos últimos anos isso não mais aconteceu, o sofá ficou vazio, mas sua presença se faz muito forte em mim e continuo escutando sua

frase mesmo sem você se fazer presente de corpo. Te amo incondicionalmente, você não me gerou, mas me conduziu a ser a pessoa que hoje sou. As palavras se perdem, mas quero registrar o quanto você é importante na minha vida, as lembranças não saem da minha mente e todos os dias lembro-me de você e agradeço, porque eu tenho certeza de que você me dá força nessa caminhada não me deixando desistir dos meus sonhos e objetivos.

A você pai, que ao seu modo sempre se fazia presente em minha vida e me incentivava em todos os meus novos desafios, pouco falava, mas seu olhar muito dizia. Vibrou quando disse que havia sido aprovada para o mestrado, infelizmente de maneira muito rápida não compartilhas comigo presencialmente esse momento de alegria, mas tenho certeza de que onde você está seu olhar está repleto de orgulho.

E, à você minha grande amiga Vanessa Pedro Mariot Crocetta (*in memoriam*), se cheguei até aqui foi por sua insistência. Lembro-me de nossas conversas na sala dos professores, nossos desabafos, nossas idas e vindas das escolas e você me convidando para retornar à universidade. Obrigada por ter acreditado em mim e ter me escolhido para compartilhar com você momentos tão significantes, de me permitir vivenciar com você seus últimos anos. Aprendi muito com você e tenho certeza de que você também aprendeu comigo, sua alegria, determinação, foco, persistência movia nosso caminhar e nossas dificuldades. Sem entender como, de forma tão precoce, você partiu deixando uma grande saudade. Obrigada, amiga por dividir comigo momentos tão preciosos, estarás sempre viva em meus pensamentos.

Quero agradecer também a todos os professores e funcionários do PPGE, em especial ao Professor Doutor Ricardo de Bittencourt, pelo seu profissionalismo, atenção, apoio, amizade e que nunca mediu esforços para me proferir uma palavra de incentivo para que eu conseguisse chegar até aqui. Deixo aqui toda minha admiração por você.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador Professor Doutor Alex Sander da Silva, que me estendeu a mão no momento que mais necessitei, que não mediu esforços em me escutar e me atender com toda calma, paciência e dar um novo direcionamento ao meu trabalho e acima de tudo me apoiar, incentivar, motivar e fazendo-me acreditar que sou capaz. Dedico a você professor todo meu apreço e admiração por esses anos de ensinamento, és um ser humano admirável!

Agradeço as minhas colegas da área de Linguagens Marina, Júlia e Luiza pelos momentos de escuta e, principalmente pelas ideias maravilhosas para que eu pudesse “alinhar” minha pesquisa e “tecer” meu texto. Aos meus colegas que acompanharam meu percurso no mestrado, em especial a Adiles, Larissa, Janete, Bruna, Rafaela, Leandro e Guilherme. Obrigada por todos os momentos que me encorajaram chegar até aqui.

À banca examinadora composta pelas professoras Dra. Rosemar Gomes e Dra. Maria Aparecida Rita, pelo direcionamento. Suas contribuições foram muito importantes para a pesquisa.

Agradeço também todos meus colegas de profissão que ficaram nos bastidores, torcendo pela minha vitória e que acreditam no poder transformador da educação.

Por fim, as escritoras Maria Regina Chagas que me permitiu conhecer um pouco de sua história, sua vida e suas obras e a Conceição Evaristo, minha principal fonte de inspiração, cujas obras estimularam em mim o interesse pela pesquisa em suas múltiplas dimensões. Sua escrita, marcada pela resistência, reflete a trajetória de mãos que, apesar das adversidades, conquistaram a vitória.

*“Se ao menos o medo me fizesse recuar,
pelo contrário, avanço mais e mais na mesma proporção
desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao
contrário.”*

Conceição Evaristo.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema as vivências de mulheres negras na educação e na literatura, com foco nas escritivências de uma mulher negra professora e escritora na região sul de Santa Catarina, relacionando-as à obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo. Como objetivos específicos, estabelecem-se: Identificar os marcos legais de combate ao preconceito racial no Brasil e em Santa Catarina; Discutir sobre a promoção da igualdade racial e sobre as dinâmicas de luta de mulheres negras no âmbito educacional e de escrita literária; Verificar o papel das mulheres negras no processo de fortalecimento da identidade a partir de suas vivências de escrita; Compreender a representação social de uma escritora negra no Estado de Santa Catarina e no Sul do estado, a partir de uma relação científico-poética com o livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* de Conceição Evaristo. Justifica-se a escolha do tema considerando a necessidade de uma abordagem crítica e sensível à diversidade cultural e histórica a partir da problematização das realidades sociais e políticas subjacentes à questão racial. Em termos metodológicos, é esta uma pesquisa qualitativa que se utiliza de uma entrevista narrativa como instrumento de construção/coleta de dados e, para análise dos dados, destaca-se o diálogo entre os elementos teóricos, as inferências autorais e as vivências materializadas nos dados construídos a partir das narrativas. Como achados de pesquisa, destacam-se as inferências de que construir-se mulher negra escritora no Sul de Santa Catarina significa prevalecer e permanecer presente em si mesma em um sistema composto por preconceitos e conflitos diversos; as leis são importantes para assegurar o respeito à mulher e a minimização/erradicação do preconceito em suas diversas expressões, criminalizando o que antes era normalizado como comportamento aceitável; a mudança em âmbito legal se dá por meio de luta e avanço no processo de reconhecimento do direito de ser e existir dos sujeitos, independentemente de seu gênero e sua raça; a escola representa papel fundamental no processo de desconstruir as percepções racistas, bem como de fortalecer o reconhecimento identitário e a construção de uma sociedade equânime e capaz de reconhecer e respeitar a diversidade; os professores podem, por meio da literatura, contribuir para o fomento das discussões antirracistas na escola, promovendo a amplitude de olhares sobre a questão.

Palavras-chave: Mulher Negra. Escritas. Escrivência. Preconceito. Educação.

ABSTRACT

This dissertation explores the experiences of Black women in education and literature, focusing on the *escrevivências* (life-writing experiences) of a Black woman who is both a teacher and a writer in the southern region of Santa Catarina, drawing connections with the work *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (Submissive Tears of Women) by Conceição Evaristo. The specific objectives of this research are: to identify the legal frameworks for combating racial prejudice in Brazil and in the state of Santa Catarina; to discuss the promotion of racial equality and the dynamics of Black women's struggles within the educational and literary writing spheres; to recognize the role of Black women in the process of strengthening identity through their writing experiences; and to understand the social representation of a Black woman writer in the state of Santa Catarina, particularly in its southern region, through a scientific-poetic dialogue with Evaristo's book. The choice of this theme is justified by the need for a critical and sensitive approach to cultural and historical adversity, problematizing the social and political realities underlying racial issues. Methodologically, this is a qualitative research study that uses narrative interviews as a tool for data construction/collection. For data analysis, emphasis is placed on the dialogue between theoretical elements, authorial inferences, and experiences materialized in the constructed narratives. The research findings highlight that becoming a Black woman writer in the South of Santa Catarina means remaining true to oneself in a system marked by prejudice and diverse conflicts; that laws are essential to ensure respect for women and to reduce or eradicate prejudice in its many forms, by criminalizing what was once normalized as acceptable behavior; that legal changes result from ongoing struggles and progress in the recognition of the right to be and exist regardless of gender or race; that schools play a fundamental role in deconstructing racist perceptions and in strengthening identity recognition and building an equitable society capable of recognizing and respecting diversity; and that teachers, through literature, can contribute to fostering anti-racist discussions in schools and expanding perspectives on this issue.

Keywords: Black Woman. Writing. *Escrevivência*. Prejudice. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AJEB-SC	Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil - Santa Catarina
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ASCLA	Academia sul Catarinense de Letras e Artes
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEVID	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
ERER	Educação das relações étnico-raciais
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais.
PJSC	Poder Judiciário catarinense
PSD-SP	Partido Social Democrático – São Paulo
PT	Partido dos Trabalhadores
UBE RJ	União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, LEIS E DIRETRIZES: RETALHOS DE LUTA E GARANTIA DE DIREITOS DO RECONHECIMENTO DE SI.....	26
2.1 “RAÇA”, RACISMO E A CONSTITUIÇÃO DE NEGRITUDE NO BRASIL.....	26
2.2 EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: O MÍNIMO GARANTIDO POR LEI	37
2.3 PRECONCEITO NA ESCOLA: RAÇAS, GÊNEROS E PODER DE CONSUMO	50
3 GÊNERO FEMININO E O FEMINISMO NEGRO: ENTRE O SER MULHER NEGRA E O ESCREVIVER	56
3.1 SER MULHER NEGRA ESCRITORA EM SANTA CATARINA: CAMINHOS COSTURADOS A MUITAS MÃOS.....	61
4 COM QUANTOS RETALHOS SE FAZ UMA COLCHA? COM QUANTAS HISTÓRIAS SE ESCREVE UMA VIDA?	69
4.1. A INSUBMISSÃO DAS MULHERES E AS RESISTÊNCIAS QUE INSPIRAM...	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXO	91

1 INTRODUÇÃO

As feições da sociedade se materializam nas folhas do tempo por meio das escritas que vão cobrindo com tinta as páginas em branco e, por isso, dando sentido e significado a elas. Há quem pense que escrever é sujar a página. Há quem pense que a branquitude de uma folha é, de longe, significado de pureza e a escuridão da tinta é tirar-lhe um pouco do campo etéreo da perfeição, puxando-a para o mundano espaço dos imperfeitos. Todavia, são essas as marcas que garantem que as memórias da humanidade não se percam nem desapareçam nas poeiras dos dias.

De uma maneira menos lírica, mas impregnada da mesma verdade, pode-se dizer que o que aprendemos a codificar e decodificar por meio da escrita traduz e perpetua a imagem, a representação, a aparência de quem somos individualmente e coletivamente. Filosoficamente falando, nos afirmamos e nos negamos a partir do que conseguimos perceber e representar nas narrativas orais ou escritas e, assim, vamos garantindo que aqueles que vem depois de nós nos conheçam um pouco por meio das memórias que guardamos de nossas próprias histórias.

Não há problema nenhum nessa bonita maneira de manter-se vivo. Não há equívoco algum nessa incrível forma de continuar existindo. Também não há erro em ser quem somos e contar ao mundo quem somos e porque somos dessa forma e não da outra. O problema está quando somos invisíveis. Quando somos inaudíveis. Quando somos, mas não somos vistos ou percebidos. A invisibilidade apaga a memória. Sem memória a humanidade empobrece, tornando-se menos do que deveria ser.

De uma maneira lúdica, poderia pedir ao leitor que fechasse seus olhos por um instante e que resgatasse pedaços de memórias felizes de sua infância, momentos que considera decisivos para que fosse hoje quem é e que se tornasse quem desejou ser. Tal qual colcha de retalhos, imagino muitos pedaços de diferentes cores e tamanhos se alinhando e se ajeitando como em um vivo quebra-cabeças com o único objetivo de formar uma pessoa que só existe nesse instante. Cada leitor terá formada a própria colcha de memórias e são essas particularidades que garantem a diversidade e a singularidade do ser humano.

Os escritos garantem que essas memórias se mantenham em cores vivas para quem vem depois ou mesmo para quem vem durante, mas não se reconhece inteiramente ou já se reconhece e, a partir das memórias de outros, fortalece a

percepção de si. Se eu não me vejo nunca nas memórias de ninguém, como vou saber com que cores a minha história/memória está sendo feita?

Apresenta-se, portanto, aos olhos do leitor, um texto que, subjetivamente, reflete sobre a materialização das memórias dos sujeitos por meio da escrita e sobre a escrita como maneira de sobreviver ao apagamento de si, através do tempo. Contudo, alerte-se o leitor, para a sutil sugestão trazida já nas primeiras palavras do texto, em que problematizamos a relação que temos com as cores e o modo como percebemos a interação entre o branco da folha e a cor que a ela dá sentido e vida.

Eu, mulher branca, professora, escrevo sobre mulheres negras que escrevem. É, esse, um tema que requer um olhar diferenciado e criterioso, posto compreendermos que a representatividade importa para a construção de nossa identidade como seres humanos, seres que escrevem, seres que se escrevem.

Não é surpreendente o fato de que, durante um longo período da história e, mais especificamente, da história de nosso país, o campo literário foi predominantemente destinado à elite branca e masculina. Se estamos escrevendo sobre a parcela da humanidade que precisa manter-se viva e bem e que a escrita é uma forma de perpetuar existências, não é inesperado que os homens brancos se inscrevessem como memórias dignas da posteridade. Isso não lhes transforma em vilões, exceto pelo fato de que outras histórias, outras pessoas, outras cores, outras existências foram impedidas ou, no mínimo, desqualificadas, para tal ação.

Muitas mulheres, tanto negras quanto brancas, têm visto a literatura, eficaz reflexo da sociedade, como mais um lugar de exclusão e, muitas vezes, de negação. Para essas mulheres, naturalizaram-se os domínios domésticos ou religiosos, o que limitava suas chances de se envolver no cenário literário. Problematizando um tanto mais, pode-se dizer que sequer tratava-se de confinamento, que requer preocupação em manter, em cercar, em limitar. Era tão natural a existência servil e demarcada por funções específicas, que nem se tratava de estabelecer limites, mas de afirmar o traço feminino pela função executada, fazendo com que a literatura fosse representada, ao longo da história, por escritores brancos.

Deste modo, sendo meu tema de pesquisa, as tessituras e retalhos de mulheres negras na educação e na literatura catarinense, almejando representar um olhar atento e sensível às (sobre)vivências da mulher negra que escreve e faz disso o seu ofício, adquirindo visibilidade no campo da literatura no Sul de Santa Catarina, configura-se como objetivo geral a necessidade de “Evidenciar tessituras e retalhos

de mulheres negras na educação e na literatura catarinense, a partir do reconhecimento das escrituradas de uma mulher negra professora e escritora da região sul de Santa Catarina.”

Se é histórica a marca do preconceito que desabona os seres humanos por serem mulheres ou por serem negras, também tem se tornado histórica a luta cautelosa e feroz para combater as injustiças que decorrem dele. Ao longo dos séculos, esforços dos movimentos da sociedade civil organizada têm se dedicado a transformar essa realidade em todos os espaços de luta possíveis e, dentre eles, a educação.

Nesse sentido, o processo de discriminação contra os negros e indígenas é como uma linha que tem costurado as relações sociais ao longo da construção da história da sociedade brasileira, nas bases que alicerçam os mais diversos espaços. A instituição educacional, assim como diversos outros espaços sociais, não está imune à perspectiva discriminatória em relação aos negros e indígenas, uma herança do processo de colonização do país.

Em um grande salto temporal e para início de estabelecimento dos marcos legais que traduzem as lutas e embates contra o preconceito no espaço educacional, pode-se pontuar a promulgação da Lei n. 10.639/03 (Brasil, 2003), modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996), como inquestionável conquista do movimento negro.

A Lei 10.639, inclui no currículo o ensino da História e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, representa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades (Brasil, 2003). A Lei 10.639 (Brasil, 2003) e, posteriormente, a Lei 11.645 (2008), que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São, ambas, Leis afirmativas, a partir do momento em que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos. Além disso, “afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (Brasil, 2012).

Como Braga (2016), observa, tais modificações representam grandes conquistas para o reconhecimento social negro e indígena, especialmente, no que diz respeito à produção de conhecimentos e à formação de atitudes e valores que visam a educar cidadãos conscientes de sua identidade étnico-racial.

Considerando a imperativa necessidade de aprofundar a compreensão das experiências de marginalização étnico-racial e de gênero na sociedade contemporânea, que persiste, notavelmente, segregada em nosso cotidiano, é preciso reconhecer a importância crucial de abordar tais temas no ambiente escolar. Esses assuntos assumem uma relevância incontestável no contexto educacional atual, uma vez que a escola, enquanto instituição promotora do saber, se posiciona como uma ferramenta essencial na promoção da inclusão social, da equidade e do respeito à diversidade.

Tendo uma trajetória construída com trinta anos de experiência docente, senti a necessidade de abordar em minhas aulas de Língua Portuguesa e Literatura, leituras que promovessem o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação. Todavia, foi possível notar que embora os discursos trouxessem ao consciente coletivo a compreensão do erro representado pelo preconceito, ainda se sabe pouco e pouco se estuda sobre a representatividade da mulher escritora negra em nosso Estado.

Nosso chão, nossa gente, nossas raízes servem de suporte para quais mulheres negras que escrevem? Como essas mulheres emergem em um cenário historicamente se não estéril, pouquíssimo promissor? Com essas indagações de base, surge a questão central de pesquisa: De que maneira se configura a escrevivência de uma mulher negra professora e escritora na região Sul de Santa Catarina?

Diante dessas problematizações, como objetivos específicos, estabelecem-se: Identificar os marcos legais de combate ao preconceito racial no Brasil e em Santa Catarina; Discutir sobre a promoção da igualdade racial e sobre as dinâmicas de luta de mulheres negras no âmbito educacional de escrita literária; Reconhecer o papel das mulheres negras no processo de fortalecimento da identidade a partir de suas vivências de escrita; Compreender a representação social de uma escritora negra no Estado de Santa Catarina e no Sul do estado, a partir de uma relação científico-poética com o livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* de Conceição Evaristo.

Justifica-se a escolha do tema que aborda o modo como se configura a escrevivência da mulher negra professora na literatura da região Sul de Santa Catarina, considerando a necessidade de uma abordagem crítica e sensível às questões raciais e isso pode se materializar no chão da escola a partir da escolha

criterosa de textos literários que abordem tais temáticas, não apenas enriquecendo o repertório dos estudantes, mas também propiciando um espaço de diálogo e problematização acerca das realidades sociais e políticas subjacentes à questão racial.

Consciente de que, ao adotar essa perspectiva, nós educadores assumimos o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, incentivando a análise contextualizada das obras literárias e estimulando a reflexão sobre as estruturas de poder e as experiências de marginalização e resistência presentes na sociedade, em termos de relevância pessoal e profissional, justifica-se um estudo que atribua fôlego intelectual e amplie os horizontes literários de quem precisa saber, conhecer, entender e sentir para ensinar.

Em um espaço onde a literatura é considerada um meio privilegiado para a discussão de temas sensíveis, o que se anseia é o desenvolvimento da capacidade de analisar, interpretar e tirar conclusões a partir das narrativas e dos temas apresentados na literatura, além de aplicar essas habilidades para entender e abordar questões sociais. De acordo com bell hooks(1995), a decisão de seguir o caminho da intelectualidade é uma jornada notável e desafiadora, mais próxima de um chamado do que de uma simples escolha. Assim, minha jornada como pesquisadora inicia com a convicção de que a pesquisa proporciona a oportunidade de compreender a própria realidade e o entorno, enfrentando e compreendendo o concreto (Hooks, 1995).

Imaginando uma tessitura fina e diversa, o que se pede é que o leitor crie em sua mente a mais linda colcha de retalhos que puder. Nessa colcha, os quadros de tecido são representados pelas narrativas das mulheres escritoras negras que participaram da pesquisa. As linhas que juntam os quadros são representadas pela literatura produzida por mulheres negras de espaços outros para além do Sul de nosso Estado e, ainda, para trazer mais cor e força à pesquisa ou à colcha, aos escritos de mulheres que se dedicaram a pensar o preconceito racial e de gênero e às formas de enfrentá-lo nos muitos espaços de nossa sociedade.

Com um dos tipos de linhas trazidos, pode-se citar as obras da renomada autora, romancista e pesquisadora Conceição Evaristo, levando em conta seu conceito de “escrevivência” e o estudo de uma de suas obras que conta de resistência, sofrimento e força: “Insubmissas lágrimas de mulheres.”

Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma renomada escritora, pesquisadora e ativista brasileira, cuja obra tem sido amplamente reconhecida por sua

contribuição para a literatura afro-brasileira e para os estudos sobre a diáspora africana. Nascida em uma favela de Belo Horizonte, em Minas Gerais, em 1946, Evaristo é uma voz importante na literatura contemporânea, cujo trabalho reflete não apenas suas experiências pessoais como mulher negra, mas também as lutas e vivências do povo negro no Brasil. Sua escrita é marcada por uma linguagem poética e visceral, que explora temas como racismo, discriminação, identidade, memória e resistência.

Evaristo, frequentemente, aborda questões relacionadas à marginalização e invisibilidade das mulheres negras na sociedade brasileira, trazendo à tona histórias e trajetórias, muitas vezes, negligenciadas pela narrativa hegemônica. Um dos conceitos mais conhecidos associados ao trabalho de Evaristo, é o de "escrevivência", termo cunhado por ela para descrever a vivência da escrita como uma prática de resistência e afirmação de identidade. Esse conceito fundamenta sua abordagem literária, que busca dar voz e visibilidade às experiências e subjetividades negras, desafiando estereótipos e ampliando as representações da negritude na literatura brasileira.

Com um estilo de escrita que entremeia ciência e poesia de uma maneira peculiar, o que bem serve de inspiração para o desenvolvimento do estilo de escrita desse trabalho e um percurso metodológico construído/costurado com esmero e capricho e, ao mesmo tempo, com rigor característico das pesquisas científicas, a dissertação trata da obra de Conceição Evaristo, autora cujos textos também são como uma fina linha resistente que sustentará essa dissertação.

Como método de construção da colcha de retalhos ou, em termos acadêmicos, sobre o percurso metodológico da pesquisa, tratar-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, que se baseará em análises documentais e bibliográficas, utilizando para isto os pensamentos de Conceição Evaristo, Kabengele Munanga, Lilia Moritz Schwarcz, Carla Akotirene, Nilma Lino Gomes e Jeruse Romão. A empiria se constituirá a partir de entrevista narrativa realizada com uma mulher escritora negra do Sul do estado de Santa Catarina.

Ressalte-se, portanto, que para a condução da pesquisa de campo, da construção dos dados empíricos, foram estabelecidos alguns critérios específicos para a definição de possíveis sujeitos a serem entrevistados: é pré-requisito que seja mulher negra, envolvida no campo educacional, preferencialmente com formação no Magistério, e que possua obras literárias publicadas. Diante disso, decidiu-se

entrevistar uma escritora. O contato com a entrevistada foi, inicialmente, realizado por meio de e-mail, e, após a confirmação de interesse e assentimento por parte da mesma, planejou-se a organização de um encontro para a condução de diálogos. Esse diálogo, guiado por um roteiro pré-estabelecido, estruturado em forma de questionário, com o propósito de coletar relatos sobre suas vivências, lutas, desafios e conquistas. As questões abordadas no questionário referem-se às histórias de vida de uma escritora abrangendo aspectos como infância, adolescência, trajetória escolar, relações interpessoais nos tempos de escolarização e relação consigo mesmo diante da qualidade dessas relações, campo de atuação profissional, valorização, desafios enfrentados e expectativas futuras.

As entrevistas narrativas se mostraram como possibilidades singulares de experienciar escrituras por meio do mergulho nas memórias de mulheres que prevaleceram, não obstante o ambiente que ditava rumos outros que aqueles seguidos por elas. Nesse contexto, prevalecer significa manter-se firme, resiliente, fortalecer-se com os embates do cotidiano inóspito e, romantização à parte, opressor.

Ao utilizar-me do termo “mergulho”, sinalize-se a necessidade de acurar o olhar do mesmo modo em que se aprofundam as análises. Para estabelecer um vínculo à alegoria das costuras, foi entrevistada uma mulher negra, primeiro porque a quantia de mulheres escritoras negras com publicações na área delimitada como espaço de pesquisa é pequena e também para que o foco não seja similar à grande quantidade de tecidos alinhavados com velocidade e o descuido típico de quem retornará para costurar, logo, logo (e não volta).

Ao contrário, o que se pretende é aquele olhar de quem vê um bordado de seu lado direito e do seu lado avesso, de quem sonha uma colcha de retalhos e a faz cuidando dos arremates e de cada um dos pedacinhos que a compõem, pensando na tessitura e em seus pontos medidos e bem pensados, por tratar-se de fino e raro pano, que requer tato e gentileza no manuseio. Para tanto, ao se imaginar os fazeres primeiros de alguma costura ou arte de bordados, o que se precisa fazer é observar o que já foi feito antes, alguém que já tenha se debruçado sobre linhas, panos e agulhas, com zelo e esmero. Da mesma forma, expõe-se o proceder referente aos cinco olhares lançados sobre o que se produziu cientificamente e que foi verificado pelos pares.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir da busca pelos descritores “mulheres negras, escritoras, literatura brasileira”, foram

encontrados 149 resultados. Foi definido como recorte temporal o período de 2011 a 2024, por interesse de ler a Dissertação que trazia já no título a metáfora da costura: “Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo”, escrita por Adriana Soares de Souza, em 2011, e por ter corrido os olhos rapidamente nos títulos que saltaram à tela (Souza, 2011). Diante dos primeiros 149 documentos, optou-se por estabelecer um refinamento de tempo mais significativo, mas mantendo a intenção de ler a dissertação de Adriana, tanto porque usa a mesma metáfora que eu, como porque trata dos escritos de Conceição.

Continuando a descrição do método utilizado para a produção desse modesto estado da arte, importa ao leitor saber que a partir do recorte de 2020 a 2024, permaneceram 90 resultados. Ao aplicar o filtro dando preferência às dissertações, evidenciaram-se 59 resultados. Após a leitura dos títulos, foram retiradas as informações específicas tais como título, autoria, link de acesso e data da publicação, bem como o resumo, para a leitura.

Após a análise dos resumos, 10 trabalhos foram retirados para leitura flutuante por apresentarem uma tessitura parecida ou um fio parecido ou uma urdidura similar. Muito provavelmente, são como os retalhos que sozinhos tem menos sentido do que quando se juntam pra compor uma colcha.

Nesse espaço/tempo em que estamos no processo de construção da dissertação, 3 documentos serão trazidos para uma leitura mais aprofundada, de modo a apresentar ao leitor alguns elementos que bem dialogam com o ideário que constitui a gênese dessa pesquisa/colcha e que, espera-se, resultarão em cinco olhares diferentes sobre a temática de estudo.

O primeiro trabalho lido é a dissertação escrita por Fernanda Costa e Souza, com o título *A literatura afro-brasileira para a infância: de mulheres para meninas*. O texto publicado em 2022 apresentava como tema a literatura para a infância e a educação das relações étnico-raciais (ERER) (Souza, 2022).

O texto de Souza (2022), representava, segundo a própria autora, a franca intencionalidade de analisar livros escritos por mulheres negras com representação de meninas ou mulheres negras, a partir de um mapeamento da literatura para a infância que enaltecesse o protagonismo autoral da mulher negra e de personagens representativas de meninas e mulheres também negras. Ainda que o termo “negra(s)” seja repetido quatro vezes em uma mesma sentença, e isso possa representar enfado

ao leitor, é importante compreender a importância de haver a representatividade materializada por meio de mulheres negras que escrevem sobre mulheres negras.

A pesquisa de Souza (2022), evidenciou 78 obras que abordavam ou apresentavam mulheres negras como protagonistas. Tendo estudado 3 títulos de maneira mais aprofundada, a pesquisadora inferiu, a partir da análise de fenótipos, famílias e contextos de moradia evidenciados nos livros; que havia o espelhamento de elementos da realidade do viver das pessoas.

Porém, ainda que sua pesquisa registrasse a ampliação da literatura afro-brasileira produzida por mulheres negras e com personagens meninas/mulheres, a autora sinalizou um importante elemento de convergência com a justificativa desse trabalho de pesquisa que no momento paira diante dos olhos do leitor: a necessidade social de haver mais reconhecimento das escritoras negras ampliando o protagonismo de personagens negras. Como possibilidades concretas no sentido de fomentar esse reconhecimento importante na construção de uma educação antirracista, Souza (2022), elencou a criação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, a inserção dos títulos no espaço escolar, e até os questionamentos de conteúdos e práticas pedagógicas.

O segundo trabalho lido trazia um estudo significativo sobre os escritos de Carolina. Com o título “Um olhar sobre a história, as histórias e as memórias no universo literário de Carolina Maria de Jesus”, escrito por Vanessa Lopes Coutinho Campos, publicado em 2021, a dissertação apresentou uma reflexão sobre a trajetória literária da escritora Carolina que, segundo a pesquisadora, foi constituída de um entrelace entre, de um lado, o momento histórico que ela viveu, as histórias que a compuseram enquanto escritora, mulher, negra, pessoa; e, de outro, as memórias que se tornaram a substância de sua obra (Campos, 2021).

A pretensão de Campos (2021), era oportunizar ao leitor a possibilidade de conhecer o passado de Carolina e, a partir disso, compreendê-lo como um dos importantes elementos para a construção do seu íntimo literário. Estabelecendo como escopo de seu estudo uma análise crítica aprofundada da publicação: Quarto de despejo (1960), a pesquisa abordou a tradição oral, a auto ficção e a memória enquanto parte da constituição de um percurso que materializou a realização do projeto literário pensado por Carolina.

Como resultados da pesquisa, verificou-se como se deu a descoberta, a reinvenção e a (re)afirmação da força da sua identidade por meio de sua produção

literária, partindo para discussões acerca do posicionamento feminino bem como a construção de sua “escrevivência” nesse meio. Por meio do registro das palavras escritas, Carolina demonstrou momentos de repressão sofridos, a exploração de sua imagem e sua representação na contemporaneidade. É pertinente enfatizar o referencial teórico utilizado por Campos (2021), que apresenta nomes que servirão também de alicerces para atribuir fôlego intelectual para essa atividade de pesquisa. Ela recorreu a estudiosos como Pierre Bordieu, bell hooks, Angela Davis, Mary Wollenstonecraft e Conceição Evaristo. Sendo um estudo sobre Carolina, estabelecer diálogo vinculando o conceito de escrevivência cunhado por Conceição Evaristo à sua prevalência nas circunstâncias peculiares que a forjaram é justificativa bastante para uma leitura mais cuidadosa e demorada da pesquisa.

O terceiro olhar lançado sobre um pedaço cuja tessitura combina com essa pretensa colcha de retalhos em que, se espera, o todo signifique mais que as partes, repousa no texto “Narrar e narrar-se, criar e criar-se: a escrevivência de Conceição Evaristo como emancipação do corpo negro”, publicada em 2024. O pesquisador grava de maneira singular a sua ânsia em tracejar mapas de percursos de leitura que transpassam a escrevivência de Conceição Evaristo, “sob a perspectiva do ato de narrar e da articulação entre memória, ancestralidade e de uma ideia de corpo que vai se construindo ao longo da Dissertação” (Melo, 2024).

Henrique Furtado de Melo (2024), transitou pela obra da autora, atentando especialmente para os seis contos publicados nos livros Olhos d’Água e Insubmissas Lágrimas de Mulheres. O percurso de leitura no embrenhar da obra de Conceição Evaristo construiu-se ancorado, essencialmente, em conceitos cunhados por Deleuze e Guattari e de um arcabouço teórico resultante da maturidade conseguida a partir de memórias de estudos e vivências, o que culmina com um bem feito trabalho científico-artístico onde foram encaixadas e ligadas histórias, vozes, caminhos, corpos e experiências.

Melo (2024), trabalhou a memória coletiva e as questões relativas à literatura afro-brasileira enquanto conceito e às vivências afro-brasileiras e afro-femininas brasileiras, que compõem de forma fundante a obra de Evaristo. Para levar esse trabalho do plano para as pesquisas materializadas, o pesquisador articulou suas ideias às ideias de Eduardo Assis Duarte, Gizêlda Melo do Nascimento, Zilá Bernd e ensaios, depoimentos e artigos da própria Conceição Evaristo.

Quando criança, li em algum conto de bordadeiras que, ao criar imagens no pano, a mulher borda suas próprias dores e angústias, seus sonhos e potencialidades. O autor imprime ao seu texto essa mesma ideia fundante, que é a ocasião em que “o ato de narrar torna-se mecanismo emancipatório do povo negro” (Melo, 2024). Nesse contexto, a escrevivência surgiu como conceito importante para se compreender esse processo emancipatório e de reconhecimento de si.

O quarto olhar sobre os textos dissertativos é um convite da autora dessa pesquisa que agora toma corpo diante dos olhos do leitor, tal qual uma colcha de retalhos que vai vagarosamente, cuidadosamente sendo costurada, rebordada, com pedaços que significarão mais porque estarão interligados com outros pedaços, outras ideias, outras possibilidades de ver, sentir e pensar.

O quinto olhar será representado pelo olhar coletivo de cada leitor que desconstruirá, construirá e reconstruirá sua percepção acerca da representatividade negra nos ambientes da literatura e os impactos dessa representatividade para além dos papéis telas e imaginários das pessoas que se humanizam e desumanizam, também, a partir de suas leituras de livros e de mundo.

No sentido de atingir nossos objetivos propostos, este trabalho de pesquisa se estrutura da seguinte forma: num primeiro momento trazemos esta Introdução, em que evidenciamos o tema estudado, nossos objetivos de pesquisa, autora e a obra em estudo. Em seguida, num segundo momento apresentaremos no primeiro capítulo, a historicização dos marcos legais de combate ao preconceito racial e de gênero no Brasil e em Santa Catarina. Logo mais, no capítulo seguinte, os escritos estão relacionados a mulheres negras catarinenses cujas trajetórias de vida e práticas de autoria extrapolam as linhas dos livros e alcançam o cotidiano de suas vivências. Por fim, apresenta-se a empiria representada por uma entrevista semi-estruturada realizada com uma escritora do Sul de Santa Catarina, além de relacionar as suas escrevivências às histórias das mulheres cujas escrevivências são perpetuadas na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo.

Leitura interessante e que não pertence ao recorte temporal proposto para a pesquisa, mas que merece registro pela maneira que foi construído/costurado/escrito é o texto de Adriana, o primeiro a ser comentado na materialização do estado da arte (Souza, 2011). Em sua pesquisa, Adriana Soares de Souza destaca as obras de Evaristo, relatando a relação que a escritora estabelece entre a ficção e a História e que vai se evidenciando no entrelaçar dos fios da teia

narrativa ao costurar pretérito, presente e o porvir, ressignificando a si mesma e as memórias de uma gênese coletiva. Por meio das personagens, a escritora desconstrói conceitos que naturalizavam o racismo e seus desdobramentos e contribui para a reconstrução de outra identidade afro-brasileira, enfraquecendo, com isso, imagens depreciativas que deturparam as mulheres negras. A partir de um olhar singular acerca das representações do feminino negro, a escrita de Evaristo contribui para a modificação imagética das mulheres negras, que são representadas fortes, superiores e autoras de suas histórias, distanciando-se da objetificação da mulher e da percepção de servilidade e suprimimento de demandas de prazer.

Ainda que um tanto distante por questões de definição do recorte temporal da pesquisa, a leitura desse texto permitiu identificar elementos e verbetes importantes no contexto discursivo da produção dos escritos e, mais que isso, pode representar de maneira consistente a compreensão das práticas de escrevivência de Evaristo e de quem, a exemplo dela, valeu-se da escrita para gravar dores, angústias, pesares e esperanças e contar ao mundo suas existências e resistências.

2 A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, LEIS E DIRETRIZES: RETALHOS DE LUTA E GARANTIA DE DIREITOS DO RECONHECIMENTO DE SI

O primeiro retalho da pesquisa que se apresenta aos olhos do leitor trata do conceito de raça, do racismo, além de abordar o modo como se constitui a negritude em nosso país, ao longo dos tempos. Há diversas maneiras de compreender e reagir ao uso do termo “raça” para classificar seres humanos de acordo com especificidades, similaridades ou diferenças em sua aparência.

Segundo Guimarães (1999),

Tanto a extrema transparência quanto a completa invisibilidade das “raças” se fundamentam, hoje em dia, numa mesma concepção realista de ciência e numa mesma atitude de repulsa, ao menos discursiva, ao racismo. Por um lado, aqueles que se opõem ao uso do conceito de “raça” pelas ciências sociais, fazem-no ou porque a biologia nega a existência de raças humanas ou porque consideram essa noção tão impregnada de ideologias opressivas que o seu uso não poderia ter outra serventia senão perpetuar e reificar as justificativas naturalistas para as desigualdades entre os grupos humanos. Por outro lado, aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias e, em segundo, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há outra alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia. Neste último caso, a vitimização parece ser uma prova de que o conceito que justifica tais práticas discriminatórias não se circunscreve a um simples círculo de giz (Guimarães, 1999, p.25).

Esse estudioso ainda sinaliza que sua postura coincide com a dos que defendem o uso do conceito de “raça” pelas ciências sociais.

2.1 “RAÇA”, RACISMO E A CONSTITUIÇÃO DE NEGRITUDE NO BRASIL

No latim medieval, o termo “raça” começou a ser utilizado para se referir a descendência ou linhagem. Diz-se, pois, de um conjunto de indivíduos que compartilham um antepassado comum e, conseqüentemente, apresentam algumas características físicas semelhantes.

“Raça” significou, por muito tempo, um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum, como ensina o Dictionary of Race and Ethnic Relations. Foi com esse sentido literário que o termo passou a ser empregado, na maioria das línguas europeias, a partir do início do século XVI. Teorias biológicas sobre as “raças” são ainda mais recentes. Datam do século XIX as teorias poligenistas nas quais a palavra raça passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintas tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental (Guimarães, 1999, p. 24).

Fato interessante é que, como escreve Guimarães (1999), as diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais.

Ainda assim, a categoria de “raça” desempenha um papel central nas discussões sobre identidade e desigualdade no Brasil. Munanga e Gomes (2020), exploram como a noção de raça é construída e perpetuada por meio de relações de poder e dominação.

Segundo esses autores, a raça não é uma característica biológica objetiva, mas uma construção social e histórica, que reflete as hierarquias e as relações de poder presentes na sociedade. Corroborando a complexidade existente no sentido conceitual de “raça”, cite-se Hiernaux (*apud* Guimarães, 1999), quando explica:

“Raça” é um conceito taxonômico de limitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído, com vantagens, pela noção de “população”. Enquanto o primeiro termo refere-se a “grupos humanos que apresentam diferenças físicas bem marcadas e primordialmente hereditárias”, o segundo refere-se a “grupos cujos membros casam-se com outros membros do grupo mais frequentemente que com pessoas de fora do grupo e, desse modo, apresentam um leque de características genéticas relativamente limitado” (Guimarães, 1999, p.23).

Portanto, o racismo enquanto prática de catalogação e classificação sumária não é apenas uma questão de atitudes individuais e isoladas, mas um sistema de opressão que se expressa na singularidade e na coletividade das relações, manifestando-se em diversas esferas da vida social, econômica e política.

Júlia Seixas Romeu, doutora em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, traduziu a obra “O perigo de uma história única”, de Chimamanda Ngozi Adichie¹.

Adichie (2019), afirma em uma de suas mais famosas falas no TED Talk² que, se uma história é única, a história de alguém deixou de ser contada. É impossível falar sobre a história única sem falar do poder. “Há uma palavra, uma palavra malvada, em que penso, sempre que penso sobre a estrutura do poder no mundo, e é “*nkali*””. É um substantivo que livremente se traduz por “ser maior que outro”. Assim como os nossos mundos econômico e político, as histórias também são moldadas pelo princípio do *nkali*, isto é, pela forma como são contadas, por quem as conta, quando são contadas e quantas histórias são permitidas — todas essas dimensões estão profundamente ligadas ao poder (Adichie, 2019). Nesse sentido, o conceito de raça pode ser compreendido como uma construção ideológica que reflete essas mesmas relações de poder e as hierarquias sociais estabelecidas em uma determinada sociedade.

Gomes (2012), define o racismo como um conjunto de práticas discriminatórias e preconceituosas, que perpetuam a desigualdade e a exclusão social. O Brasil é dono e servo de uma história marcada por - insuportável para alguns e admirável para outros - diversidade cultural e étnica. A insuportabilidade do diverso e o não-reconhecimento do estranho, além de uma profunda lacuna na constituição humana mais favorável ao convívio pacífico, culminam com práticas como o racismo.

Constituído como aqueles panos de fios de material bruto e resistente, o racismo vem sendo entretido desde a colonização. A classificação das pessoas segundo sua raça e sua etnia suplanta a sutileza das relações humanas com a rudeza de um material forjado entre dores e violências ora silenciosas, ora retumbantes. É assim, conseguindo sustentação na própria tessitura das relações humanas adoecidas pelo preconceito, que o racismo se configura hodiernamente em um gravíssimo problema social.

Este fenômeno evidencia-se em múltiplos aspectos, abrangendo desde manifestações de discriminação sistêmica até disparidades estruturais presentes em

¹Mulher negra, nigeriana, filha de professores, graduada em Comunicação e Ciências Políticas, mestra em escrita criativa e em estudos africanos.

²Talks são palestras curtas e inspiradoras que disseminam ideias de grandes nomes em diversas áreas. O objetivo é inspirar o público e promover um diálogo global

esferas fundamentais, como educação, saúde, mercado de trabalho e segurança pública. Estabelecendo-se no século XVIII, a atenção demasiada à cor dos pigmentos da pele emergiu como critério essencial na categorização das “raças”.

Como resultado, a espécie humana foi subdividida em três categorias distintas, que persistem até os dias atuais, tanto no imaginário coletivo quanto na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. No século XIX, além da cor da pele, outros atributos morfológicos foram incorporados como critério para aprimorar a classificação racial. Entre esses atributos, estavam a forma do nariz, dos lábios, do queixo, a configuração craniana e o ângulo facial.

A refutação científica do conceito de raça não implica na compulsória compreensão de que todos os indivíduos ou populações – para trazer o termo apresentado por Guimarães (1999), ao fundamentar-se em Hiernaux (1965) – são geneticamente idênticos. De fato, há variações genéticas entre os diferentes grupos humanos. No entanto, essas diferenças não são suficientes para justificar sua classificação em raças distintas.

A fragmentação da humanidade em raças revela uma complexidade ainda maior dentro do contexto nacional, dado que não existe regras físicas ou modelos de descendência biológica amplamente aceitos de forma conceitual. A definição de uma “linha de cor” no Brasil é uma empreitada arriscada, visto que tal demarcação é suscetível a variações conforme a posição social do indivíduo, o contexto geográfico e até as circunstâncias específicas. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), o conceito “raça” data do século XVI, e as teorias são ainda muito jovens, tendo surgido em meados do século XVIII.

Essa percepção da raça com base em características genéticas ou de sua gênese social é como acreditar que o destino de uma colcha de retalhos é determinado ainda quando de sua construção prévia, quando é um amontoado de quadros. É como dizer que certas cores não dão boas colchas”

Nessa analogia, pessoas e coisas já são predestinadas a esse ou àquele rumo, a esse ou àquele feito, a essa ou àquela vida, mesmo antes de existirem. O CEP (Código de Endereçamento Postal) e a escala cromática da pele, de um órgão do corpo humano determinariam quem somos, muitas das experiências, oportunidades e limitações sociais, mesmo antes de nascermos.

Escrevendo de outro modo, antes de estar ligada à biologia, a noção de classificação compreendia grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma

origem comum. Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial tornaram os atributos externos e fenotípicos, elementos essenciais, definidores da moralidade e do devir dos povos.

Por outro lado, entre os anos de 1947 e 1964, houve uma tentativa de redefinir o conceito de raça, buscando desvinculá-lo de suas implicações biológicas. Nesse período, o termo foi limitado a uma concepção taxonômica e meramente estatística, em uma tentativa de minimizar sua carga de preconceitos e discriminação (Rodrigues, 2013).

Desse modo, a relação entre “raça” e racismo é intrincada e multifacetada, permeando as estruturas sociais e culturais ao longo da história. A noção de “raça”, muitas vezes, baseada em características físicas percebidas, foi historicamente utilizada para justificar hierarquias sociais e discriminação sistemática. O racismo, por sua vez, é a manifestação dessa ideologia discriminatória, enraizada na crença, na superioridade de determinados grupos étnicos quando comparados a outros. Esse entendimento de consolidadas raízes tem sido um catalisador para a marginalização, violência e injustiça – que se materializa de maneira contundente e velada – enfrentadas por comunidades racionalizadas em todo o mundo.

A associação entre raça e desigualdade é evidente em vários dos retalhos que compõem essa grande, colorida, diversa, complexa, desigual e inquestionavelmente bela sociedade brasileira. Há a prevalência das profundas disparidades sociais que persistem, mesmo após décadas de luta por igualdade racial.

Munanga e Gomes (2020), afirmam que as políticas e práticas discriminatórias contribuem para a marginalização e exclusão dos negros, limitando suas oportunidades de educação, emprego e participação política. Todavia, há que se ir mais longe nesse discurso, pois as políticas e práticas discriminatórias mais que contribuir, marginalizam e excluem os negros, limitando suas oportunidades de educação, emprego e participação política.

É importante que o leitor leia o parágrafo anterior novamente e se demore um tanto mais na pequena grande diferença discursiva expressa ali. Não se trata de dizer que são, as políticas e práticas discriminatórias, as únicas responsáveis pela marginalização das pessoas negras, mas que não precisam de ajuda de outros elementos da sociedade, dada a sua complexidade e o seu alcance absurdamente involuntário e indesejado.

Nesse entendimento, as manifestações do racismo no Brasil são variadas e multifacetadas, abrangendo desde formas explícitas de discriminação até estruturas e instituições que perpetuam a desigualdade racial (Silva *et al.*, 2021). O racismo institucional está presente em políticas e práticas que favorecem indivíduos brancos em detrimento dos negros, reproduzindo os padrões de exclusão e marginalização (Moraes, 2022).

O racismo estrutural (Almeida, 2018) é a linha invisível que costura a colcha. Parece invisível, mas está presente em cada centímetro do pano. Parece que já nasceu ali, do tanto que passa a fazer parte da colcha. Mas é uma linha que foi posta nas entre costuras por razões definidas. Tanto para impedir que os retalhos que compõem a colcha se separem e adquiram novos formatos ou fiquem lacunas, buracos na complexa tessitura, quanto para determinar o posicionamento de cada retalho, dada a sua cor e sua composição.

As evidências do racismo estrutural no Brasil contemporâneo são linhas resistentes que parecem invisíveis e, naturalizadas, revelam a persistência de estereótipos e preconceitos que alimentam a discriminação e a violência contra os negros. A questão da raça também está intrinsecamente ligada à construção da identidade individual e coletiva, influenciando como os indivíduos se veem e são vistos pela sociedade (Munanga, 2019).

Nesse sentido, é importante enfatizar a valoração negativa de inferioridade que fica impregnada nos panos e nos fios que nos constituem ao longo de nossas existências. Digo nós. Mas não deveria. Sou feita de outro pano, meus fios são de outra cor. Para quem traz em si as cores escuras da negritude costuradas em cada página de sua história e das histórias de seus antepassados, a vida é mais difícil. É preciso que provem realidades outras, experienciando jornadas que permitam a compreensão de que, ainda que de outra cor – ou justamente por serem de outras cores - tem o mesmo direito de compor essa grande colcha de retalho, a que alguns denominam “mundo”.

Balizando a analogia feita, pode-se afirmar que o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que permeia as estruturas sociais e históricas do Brasil. Schwarcz (2013), discute como o racismo se manifesta por meio de práticas discriminatórias e preconceituosas, baseadas na cor da pele e na ascendência racial. Munanga (2019), destaca que o racismo não se limita a atitudes individuais, mas é enraizado em estruturas e instituições que perpetuam a desigualdade e a

marginalização da população negra. Assim, o racismo estrutural se manifesta de maneira sutil e sistemática, afetando o acesso a oportunidades, recursos e direitos básicos para os afrodescendentes no Brasil.

Como consequência, o preconceito refere-se a atos de discriminação e hostilidade direcionados a indivíduos ou grupos, com base em características percebidas como diferentes, como raça, cor, etnia ou origem nacional. Essa forma de preconceito pode se manifestar de diversas maneiras, desde comentários ofensivos até agressões físicas, e tem um impacto significativo na saúde mental e bem-estar das vítimas (Munanga; Gomes, 2020).

O preconceito e a injúria são formas de manifestação do racismo que se manifestam por meio atitudes discriminatórias e ofensivas contra indivíduos ou grupos, com base na sua raça, ou etnia. No contexto brasileiro, a ideia de raça foi historicamente utilizada para justificar a dominação e a exploração dos povos negros, contribuindo para a naturalização do racismo e da discriminação racial na sociedade.

A contribuição de Schwarcz e Queiroz (1996), para a compreensão da dinâmica racial no Brasil, é crucial, pois eles destacam como as concepções de raça foram moldadas por diversos fatores, incluindo a miscigenação, as políticas de branqueamento e a hierarquia racial. Essas ideias influenciaram profundamente a forma como os brasileiros se relacionam com a identidade racial, perpetuando estereótipos e preconceitos que continuam a afetar a vida das pessoas negras no país.

Gomes (2007) discute como a injúria racial é uma forma de violência simbólica que atinge a dignidade e a integridade das vítimas, causando danos psicológicos e emocionais. Portanto, o preconceito e a injúria são manifestações do racismo que reforçam a hierarquia racial e contribuem para a manutenção do status quo de dominação e opressão.

Nesse sentido, a segregação racial é uma prática histórica que se baseia na separação e na exclusão de grupos raciais específicos, negando-lhes acesso a espaços, serviços e oportunidades disponíveis para os grupos dominantes. A segregação racial foi uma característica marcante da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais até os dias atuais.

Silva *et al.* (2021) destaca como a segregação racial continua a se manifestar de maneira sutil e velada, mediante práticas discriminatórias e políticas públicas, que perpetuam a exclusão e a marginalização da população negra. Portanto,

a segregação racial é uma forma de racismo institucionalizado que perpetua a desigualdade e a injustiça social, afetando negativamente a vida e a dignidade dos afrodescendentes no Brasil.

Que se registre na percepção do leitor, como essas linhas finas de difícil bordado, que o conceito de raça é uma construção social que se refere à categorização de grupos humanos, com base em características físicas percebidas, como cor da pele, textura do cabelo e formato do rosto. Munanga (2019) destaca que a raça não possui fundamentos biológicos, mas é uma categoria socialmente construída e historicamente contingente.

É imprescindível reconhecer que o racismo no Brasil, bem como a constituição da negritude, são intimamente entrelaçados ao legado da escravização, uma instituição que perdurou por séculos e deixou profundas marcas na tessitura social brasileira. A escravização não apenas gerou uma ordem econômica e social, fundamentada na exploração e na desigualdade, mas também difundiu ideologias racistas que perpetua a subjugação e a marginalização dos afrodescendentes.

No Brasil pós-abolição, um período marcado pela suposta superação do sistema escravagista, as raízes do racismo estrutural persistiram de maneira intensa na estrutura social do país. Schwarcz (2013), explora como a abolição da escravatura, em 1888, não trouxe consigo a verdadeira libertação e igualdade para os afrodescendentes. Ao contrário, a abolição foi seguida por políticas e práticas que reforçaram a marginalização e a exclusão da população negra. Nesse contexto, a sociedade brasileira pós-abolição foi caracterizada por uma estrutura racial complexa, em que a cor da pele e a ascendência africana continuaram a influenciar, significativamente, as oportunidades e o tratamento dispensado aos indivíduos.

A relação intrínseca entre o sistema escravagista e o racismo é um tema central na compreensão das dinâmicas sociais e históricas do Brasil. Schwarcz e Queiroz (1996), discutem como o próprio sistema escravagista foi construído com base em uma hierarquia racial, em que os africanos e seus descendentes eram considerados inferiores e destinados ao trabalho forçado e à exploração. Essa concepção de inferioridade racial foi, posteriormente, incorporada e perpetuada por diversas instituições e discursos científicos, contribuindo para a consolidação do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Somos resultado de gerações que ouviam e narravam a história única de um país que foi “descoberto” há alguns séculos atrás, que civilizou os incivilizados,

que libertou escravos e outras fábulas que seguem de boca em boca, de página em página.

Adichie (2009), já avisava que essas histórias únicas não são a história, na verdade, e nem podem ser interpretadas como espelho da realidade de um tempo e de seus sujeitos.

Durante séculos, o sistema escravocrata explorou e desumanizou milhões de africanos e seus descendentes, tratando-os como mercadorias e privando-os de seus direitos básicos como seres humanos (Schwarcz, 1993). Essa exploração sistemática criou uma estrutura social que valorizava a branquitude e marginalizava a negritude, estabelecendo as bases para a perpetuação do racismo, mesmo após o fim formal da escravidão.

Nesse sentido, a sociedade brasileira, infelizmente, teve sua estrutura baseada em um processo de discriminação, o qual privilegia determinadas raças em detrimento de outras. A Abolição da Escravatura, que adveio por meio da Lei Áurea, aprovada em 13/05/1888, com a assinatura da regente do Brasil, a Princesa Isabel, decretou o fim da escravidão de pessoas dentro do território nacional. No entanto, não foram criadas políticas públicas para inserir os sujeitos escravizados que foram libertos e seus descendentes na sociedade. Ademais, a abolição não equiparou brancos e negros, pelo contrário, proporcionou um processo de desigualdade racial, especialmente em relação à mulher negra, de modo que, ao longo dos tempos, ela é desvalorizada tanto em razão de gênero quanto da raça, ocupando a última posição da hierarquia de desigualdade.

O período pós-abolicionista testemunhou a marginalização das pessoas negras, privadas de acesso à moradia digna, saúde, alimentação adequada, educação formal e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, o que resultou em sua concentração em áreas degradadas, como os morros nas encostas da Região Sudeste, formando as favelas.

Conseqüentemente, o Brasil enfrentou, ao final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, uma devastadora realidade de pobreza e violência entre a população negra recém libertada da escravidão pois, enquanto escravizados, não tiveram suas origens, sua cultura e sua história reconhecidas e valorizadas.

Durante os três séculos de existência do sistema escravocrata no Brasil, arraigou-se na sociedade brasileira, a ideia da superioridade do homem branco,

glorificado com a personificação máxima da humanidade, desde os estágios iniciais da colonização e, posteriormente, como resultado do processo de miscigenação.

No século XIX, as sociedades ocidentais adotaram a ciência como um instrumento explicativo em diversas áreas, incluindo as diferenças entre os seres humanos. Nesse contexto, estudos biológicos foram mobilizados por cientistas para sustentar a proposição de que os seres humanos possuíam origens distintas e, conseqüentemente, apresentavam características físicas divergentes. Esses estudos também sustentaram a ideia de que a evolução da humanidade ocorreu de forma desigual, resultando em diferentes “raças” humanas, categorizadas pelos cientistas como estágios diversos de desenvolvimento.

Schwarcz e Queiroz (1996), destacam como o racismo se manifesta de maneira sutil e velada em diversas esferas da vida social, econômica e política. Assim, o racismo é uma ideologia e um sistema de opressão que se baseia na crença, na superioridade de determinados grupos raciais em detrimento de outros. Além disso, não se limita a atitudes individuais, mas é enraizado em estruturas e instituições que perpetuam a marginalização e a violência contra os grupos racialmente subalternizados.

Nesse sentido, o processo de miscigenação refere-se à mistura de diferentes grupos étnicos e raciais ao longo do tempo, resultando na formação de novas identidades e na diversidade genética das populações.

Munanga (2019), analisa como a miscigenação foi historicamente valorizada no Brasil como um mito de democracia racial que, supostamente, teria eliminado as hierarquias raciais e promovido a harmonia entre os diferentes grupos étnicos.

No entanto, Munanga (2019), também argumenta que essa narrativa oculta as persistentes desigualdades raciais e os processos de exclusão enfrentados pela população negra no país. Portanto, o processo de miscigenação não deve ser romantizado como uma solução para o racismo, mas deve ser reconhecido como parte da complexa dinâmica racial brasileira, marcada por conflitos e contradições.

O impacto do racismo estrutural na educação brasileira é evidente em diversas áreas, desde o acesso desigual à educação até a falta de representatividade nas escolas e em todo o *corpus* que a compõe. Munanga (2019), argumenta que superar o racismo na escola, requer uma abordagem holística que reconheça as

diversas formas de discriminação racial e promova uma cultura de inclusão e respeito à diversidade.

É importante destacar que o racismo no ambiente escolar se mostra de maneiras tanto extremamente agressivas, o que tem sido coibido por conta das legislações que tem se tornado menos permissivas no intuito de mitigar as manifestações racistas, ou extremamente sutis, por meio dos silêncios gritantes, dos olhares de desprezo ou por meio do não enxergar, do não ver, do não reconhecer, do não compreender e do não querer.

Conforme bem destaca Silva (2023), as desigualdades raciais persistem nas instituições educacionais, refletindo as disparidades sociais mais amplas que permeiam a sociedade brasileira. Para enfrentar esse desafio, é fundamental adotar políticas e práticas que valorizem a diversidade racial e promovam a equidade no sistema educacional. Tais atividades contrariariam as políticas discriminatórias e práticas segregacionistas, meios pelos quais, o racismo estrutural se manifesta em diversas esferas da vida cotidiana, incluindo a educação, o mercado de trabalho e a justiça.

Para que o leitor respire fundo e tome um ar nessa leitura sobre tristezas e injustiças, vale lembrar da metáfora que está nas entrelinhas desse texto-colcha. Há quem diga que colchas de retalhos contam histórias... Que elas não são cobertas comuns e que não há nunca uma bem igualzinha à outra.

A escola pode ser a costureira que conta novas histórias sobre cada retalho, cada colcha. Mas também é a escola que pode ser a costureira que pega retalhos com especificidades já estabelecidas e rotuladas e os joga em algum cesto de tecidos, para serem usados para tapetes, para panos de limpar graxa, para buchas de alguma coisa ou para serem usados como combustíveis.

A escola é uma costureira que faz colchas de retalhos o tempo todo. A questão é definir que tipo de colchas de retalhos ela quer construir. Dito de outro modo, importa ao leitor saber que é nesse construir que a educação desempenha um papel fundamental na luta contra o racismo e o preconceito. É essa instituição que pode fornecer ferramentas e conhecimentos necessários para promover a conscientização e a mudança social.

Em sendo hora de trocar as linhas de costura, é possível dizer que a inclusão de conteúdos sobre diversidade racial e cultural no currículo escolar é

essencial para combater o racismo desde cedo e promover uma cultura de respeito e humanização e é precisamente desse retalho/tema que tratarão os próximos escritos.

2.2 EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: O MÍNIMO GARANTIDO POR LEI

Escrever sobre a educação étnico-racial é escrever sobre o tratamento sintomático de um dos maiores crimes da humanidade. Escrever sobre a educação étnico-racial é assinar um documento público dizendo que é preciso ensinar o ser humano a ser Humano e, em sendo Humano, ter consciência de que não há igualdade sem diferença.

Nesse sentido, se a educação étnico-racial comprova, de um lado, essa lacuna da formação humana, também comprova, de outro, o entendimento de significativa parcela de gente que pensa que não dá mais para viver assim. Esse “não dá mais para viver assim” implica a compreensão de diferentes tempos de normalizações de práticas criminosas que foram eufemisticamente chamadas de hostis, politicamente incorretas, ou simples modos diferentes de ser, pensar e agir.

Matos e França (2021), descrevem a década de 80 como sendo um momento histórico importante para as ações voltadas para a investigação das transmissões de conceitos e ideias sobre raça e etnia de gerações para gerações. A essa prática de ensino marcada pela informalidade e pela constância, denominou-se socialização étnico-racial.

Ainda que suas raízes tivessem como lar primeiro as próprias instituições familiares, pouco a pouco foram se perpetuando nos ambientes escolares, justamente por entender que a intencionalidade não assegurava os bons resultados e seus desdobramentos nas diferentes esferas que compõem a sociedade.

Segundo Matos e França (2021), ainda que tenha começado no âmbito familiar, a teoria da socialização étnico-racial ganhou o espaço das escolas, em atividades que reagem às manifestações de discriminação e ofensas à identidade sofridos pelos integrantes da comunidade escolar. O tempo que os sujeitos passam na escola faz com que este seja um local que merece significativa atenção, pois, ao ponto que crescem, os sujeitos deixam de ter a família como principal grupo de interação e passam a incluir outros membros da escola e da comunidade em suas relações sociais. Portanto, o entendimento do espaço escolar como um local onde

ocorrem a socialização étnico-racial e a interação com outros grupos pode aumentar no decorrer da adolescência.

Quando Adichie (2009), conta do estranhamento experienciado a partir do convívio tanto com Fide, quanto com sua colega de quarto americana, ela externa a importância do outro e do convívio com o outro para o reconhecimento de outras histórias já vividas e ainda por viver:

Sou de uma família nigeriana convencional, de classe média. Meu pai era professor universitário e minha mãe era administradora. Tínhamos, como era comum, empregados domésticos que moravam em nossa casa e que, em geral, vinham de vilarejos rurais próximos. No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhame, arroz e nossas roupas velhas para eles. Quando eu não comia todo o meu jantar, ela dizia: “Coma tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não têm nada?”. E eu sentia uma pena enorme deles. Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles. (...) Anos depois, pensei nisso quando saí da Nigéria para fazer faculdade nos Estados Unidos. Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. (...) presumiu que eu não sabia como usar um fogão. O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (Adichie, 2009).

Ora, que sirva a narrativa de Adichie (2009), para corroborar o que preconizam Matos e França (2021), mas, mais que isso. Que seja um exemplo sólido de o quanto o convívio com os pares é essencial no processo de construção, reconstrução e desconstrução de identidades, ideias, estereótipos, preconceitos. Socializar, nesse sentido, significa mais que “passar tempo com”. Aprende-se a ser, fazer, pensar e dizer, com o outro.

Contudo, socializar pode assumir diversas significações, desde militância e assunção de um discurso voltado para mitigação dos danos decorrentes do preconceito à cultura de invisibilização de práticas racistas e excludentes.

Como bem assinala Ribeiro (2022),

Diferentes categorias de socialização são identificadas, as quais têm diversas motivações e implicações, atuando sobre as posturas que sujeitos socializados adotam em relação ao racismo, sendo engajados na luta antirracista ou silenciando em relação às questões étnico-raciais. Dentre as categorias de socialização, encontra-se o “silêncio”, que é entendido como a prática de evitar qualquer menção à raça e ao racismo nas discussões com as crianças e jovens. Estudos na área de socialização étnico-racial e do antirracismo mostram que a negação desse fenômeno produz silenciamento e, conseqüentemente, baixo engajamento em ações antirracistas (Ribeiro, 2022).

Compreender essas ações antirracistas é um movimento que requer um conhecimento prévio. Registre-se, portanto, um entendimento do que é para ser combatido. O embate é contra um fenômeno social que serve de pano de fundo ou costura ou descostura ou embaraça ou entremeia as relações entre os seres humanos dos mais variados lugares, das mais variadas idades. Em um estilo de diferentes costuras, vai desenhando emoções, sentimentos, crenças no cotidiano das pessoas que se comportam e transformam os próprios comportamentos a partir de uma linha que estabelece valores diretamente relacionados à origem, cor, elementos culturais e pertencimento desse ou daquele sujeito ou grupo social.

Os sujeitos vão desenvolvendo suas relações interpessoais e se desenvolvendo nesse emaranhado discursivo e de valoração do ser, do pensar, do dizer e do fazer, de modo que vão se humanizando ou se desumanizando enquanto contribuem voluntariamente ou involuntariamente para a humanização ou desumanização de seus pares.

O processo de reconhecimento do outro e de suas histórias não contadas é permeado pelo desenvolvimento e pelo reconhecimento de si e de suas próprias acepções. Chimamanda Ngozi Adichie (2009), materializa a humildade e a consciência desse processo ao relatar:

Alguns anos atrás, fui visitar o México. Na época, o clima político nos Estados Unidos, de onde eu vinha, estava tenso, e debatia-se muito a imigração. Como costuma acontecer nos Estados Unidos, imigração tinha se tornado sinônimo de mexicanos. Havia histórias insondáveis sobre pessoas que fraudavam o sistema de saúde, passavam clandestinamente pela fronteira ou eram presas ali, esse tipo de coisa. Eu me lembro de sair para passear no meu primeiro dia em Guadalajara e ver as pessoas indo para o trabalho, fazendo tortilhas no mercado, fumando, rindo. Primeiro senti uma leve surpresa, e então fui tomada pela vergonha. Percebi que tinha estado tão mergulhada na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma só coisa na minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha acreditado na história única dos mexicanos e fiquei morrendo de vergonha daquilo. É

assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna (Adichie, 2009, p. 12).

Nesse contexto, é possível citar da academia o texto dissertativo escrito por Douglas Santana Ariston Sacramento e publicado em 2021. Com o título “Os fios da morte nos tecidos da memória: um estudo comparativo sobre Amada, de Toni Morrison e Becos da memória de Conceição Evaristo”, o estudo merece tempo de vida e leitura tanto pelo conteúdo quanto pela forma (Sacramento, 2021).

Escrever sobre racismo é escrever sobre escritos ligados à desigualdade, violências, morte e memória. Sacramento (2021), escreveu sobre narrativas e os tombamentos dos corpos, mas que transcendem as páginas impressas ou expressas nas telas e afetavam os leitores e a sociedade na qual o racismo era estruturante. Especialmente, que se reforce, suas palavras alinhavam uma compreensão acerca da organicidade do racismo em suas práticas normalizadas e instituídas no cotidiano que transcende os muros escolares.

Como Conceição Evaristo (2016), conta de si e de parte de seu percurso formativo ainda em seus primeiros anos escolares, em seu depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras, em Belo Horizonte, e evidenciado no site Literafro:

Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de negros e pobres. Geograficamente, no Curso Primário experimentei um ‘apartaid’ escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório, e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o Curso Primário, quase todo, desejando ser aluna de uma das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios. Entretanto, ao ser muito bem aprovada da terceira para a quarta série, para minha alegria fui colocada em uma sala do andar superior. Situação que desgostou alguns professores. Eu, menina questionadora, teimosa em me apresentar nos eventos escolares, nos concursos de leitura e redação, nos coros infantis, tudo sem ser convidada, incomodava vários professores, mas também conquistava a simpatia de muitos outros (Conceição, 2016).

Com a finalidade de repudiar o *modus vivendi* descrito por Conceição e, mais que repúdio, evidenciar descumprimento legal, importa citar do âmbito jurídico, o preâmbulo da Constituição Federal de 1988, cujas palavras contam sonhos de um povo justo e respeitoso:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, sob a proteção de Deus [...] (Brasil, 1988).

Leia-se, portanto, um compromisso firmado com a idealização de uma sociedade despida de preconceitos e, por isso, atenta às diversidades como possibilidades de enriquecimento cultural da nação.

No entanto, para garantir que se compreendesse o teor jurídico da promessa empreendida, registrou-se, logo no 3º artigo da Carta Magna (Brasil, 1988), os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que seriam: a) construir uma sociedade livre, justa e solidária; b) garantir o desenvolvimento nacional; c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Note-se, em tempo, um trato efetuado entre a sociedade e seus representantes ou, dito de outro modo, a expressão clara e contundente dos anseios de um constructo social balizado por princípios de igualdade, equidade e respeito à dignidade, que são também as bandeiras hasteadas pelas instituições escolares que representam a Educação, em nosso país.

Diante da insuficiência da Carta Magna em assegurar os direitos de viver em um ambiente livre do preconceito e do racismo e, diga-se de passagem, que a Constituição Federal deveria ser como aqueles documentos com poucas linhas, mas que dizem muito e, dizendo o suficiente, são obedecidos e respeitados, outras leis precisaram emergir do caos tecido com os feios fios do preconceito social. Mas para contar a história, ainda que tenha trazido a Constituição Federal por estar entre as mais altas prateleiras das leis de nosso país, é importante historicizar e contar ao leitor que já em 03 de julho de 1951, o presidente Getúlio Vargas assinou a lei que foi apelidada de Afonso Arinos, a Lei 1390/51 (Brasil, 2003), que incluía, entre as contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou gráu, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das fôrças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

[...]

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima(Brasil, 2003).

Essa Lei trata muito mais sobre o oficial fechar de portas que escancarava a recusa da sociedade branca em atender ou conviver com pessoas “de cor”, criminalizando os comprovados movimentos que expunham as pessoas negras às limitações determinadas pela prática racista. Todavia, subjetivava os atos de racismo, denominando-os incidentes, a exemplo do que historiciza Westin (2020). Segundo sua narrativa, em 1959, recém-empossado senador, Afonso Arinos subiu à tribuna do Senado com o intuito de denunciar os casos de racismo que se multiplicavam em São Paulo.

Conta-se que, na época, Luiz Ignácio, pugilista famoso e conhecido pela alcunha de Martelo Negro, por ser “homem de cor”, não pode dançar um baile em Ourinhos – São Paulo. (Westin, 2020). À denúncia, de maneira ultrajada, o senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP) respondeu:

São Paulo jamais praticou qualquer discriminação — rebateu, categórico, Moura Andrade. — São Paulo tem suas portas abertas aos homens de todas as raças. Os da raça negra entram em todos os salões, em todos os clubes, em nossas casas, em nossas salas. Fatos isolados não podem ser entendidos como discriminação, mas como incidentes, que sucedem a todo instante e em qualquer parte. Quando se verificam com homens de raça branca, tomam-se efetivamente como incidentes. Quando se registram entre pessoas de cor diferente, já se invoca a discriminação racial. Essas afirmativas são para deixar claro ao Senado e à nação que não existe discriminação racial em São Paulo. Há incidentes, sempre corrigidos. Tanto é verdade que a lei do nobre senador Afonso Arinos não tem tido oportunidade de aplicação na terra bandeirante e não tem por quê. Será excepcional sua violação em uma unidade habituada a conviver com tantas raças (Westin, 2020, p. 02).

O silenciamento e o menosprezo com que se tratavam os casos isolados que eram justamente os casos em que “os de raça negra” eram impedidos de exercer seu direito de ir e vir só perdia em potência para as muitas circunstâncias em que aqueles que entravam nos lugares descritos na página anterior eram invisibilizados e tratados como ninguém.

Importa ao leitor refletir sobre a possibilidade de imaginar que a garantia do acesso aos lugares não garante digno usufruir desses lugares, bem como nem de longe implica em igualdade e gentileza nos atendimentos diversos que advém nos espaços públicos que compõem a sociedade.

Indo adiante na reflexão, que se pense também o que determinava o sétimo artigo da mesma Lei, discorrendo sobre a criminalização das circunstâncias em que se comprovasse a negação de trabalho em decorrência de raça ou cor:

Art. 7º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, emprêsa concessionária de serviço público ou emprêsa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e emprêsa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima (Brasil, 2003).

A materialização da necessidade de punir estabelecimentos que não estavam empregando pessoas em decorrência de sua cor é histórica e apresenta

vestígios, para garantir o uso de uma linguagem eufemística, nos tempos de agora. Seguindo na prática de historicização das leis que buscam mitigar os danos causados pelo racismo e puni-lo com a evidente finalidade de coibi-lo, cite-se a Lei nº 7716/89. (Brasil, 2014);

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos:

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido.

Pena: reclusão de um a três anos.

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.

Pena: reclusão de dois a quatro anos.

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.

Pena: reclusão de dois a quatro anos.

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

Art. 19. (VETADO).

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard (Brasil, 2014).

Ainda, é oportuno citar a Lei nº 14.532/23, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público (Brasil, 1989). Tal lei amplia o alcance da criminalização do ato de injúria, que antes abordava apenas as ofensas à dignidade e ao decoro em razão de raça ou cor, abarcando também etnia ou procedência nacional. Também, a lei de 2023 determina a pena de reclusão de dois a cinco anos e multa, além de especificar em seu parágrafo único o aumento da penalidade em 50%, caso o crime tenha sido cometido por duas pessoas ou mais.

Atendendo as mudanças inerentes ao amplo uso de redes sociais e rede mundial de computadores, a Lei 14.532 também vincula esses espaços virtuais à possibilidade de pena de dois a cinco anos e multa (conforme Lei 9.459/97), caso qualquer dos crimes previstos tenha sido nesses ambientes ou em qualquer dos meios de comunicação social. Ainda, inclui a pena de reclusão de dois a cinco anos, bem como a proibição de frequência por um período de até 3 anos a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, em caso de crimes previstos pela referida lei. Sobre manifestações e práticas religiosas, a lei especifica as penas previstas no mesmo artigo que aborda os crimes em locais públicos, quando cometidos no sentido de impedir, obstar ou empregar violência contra as mesmas.

Outro aspecto que merece destaque é a inclusão do 20º artigo, em suas alíneas de “a” a “d”, que representam mais rigor na aplicação das penas, bem como no acréscimo de temporalidade, quando, comprovadamente, os crimes previstos na Lei ocorrerem em um contexto que represente intencionalidade de descontrar, divertir-se ou recrear-se. Ainda, em sendo funcionário público, há o mesmo rigor quando se determina aumento da pena de 1/3 até a metade.

Ao especificar e caracterizar como práticas discriminatórias atitudes que resultem em “constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência”, a lei também dita ao juiz a impossibilidade de ignorar a subjetividade do crime que por muito tempo tem sido nomeado como brincadeira ou exercício de livre expressão. A 4ª alínea do 20º artigo ainda estabelece que, “em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público” (Brasil, 2023).

Considerando que significativa parcela da sociedade tem se mostrado preocupada com a perpetuação do racismo e do preconceito étnico-racial, importa refletir sobre o papel das instituições sociais na criação de pedagogias antirracistas, tanto nos ambientes informais, como nos ambientes de educação formal.

A Lei 10.639/03 representa significativo avanço no combate ao racismo e, de maneira que dá poucas margens para questionamentos, legitima os espaços escolares como lugares privilegiados para o fomento da educação voltada para o desenvolvimento de princípios antirracistas (Brasil, 2003). Essa legislação altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira", e estabelece outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (Brasil, 2014)

Registre-se o impacto das ações do movimento negro no sentido de materializar mudanças e fomentar práticas de reconhecimento a partir de regulamentações do ensino e da discussão das questões étnico-raciais que, como destacou Gomes (2023), em uma videoconferência veiculada pelo Youtube, sob o título “20 anos da lei 10639/2003: refletir o passado, esperar o futuro”, não são consequência da lei, antes, são o elemento que assegura o surgimento da Lei. O movimento negro à frente do Estado, no sentido de garantir direitos e restaurar os prejuízos históricos para grande parte da sociedade brasileira.

Esse aparato legal, segura com as duas mãos o rosto da sociedade e o obriga a voltar o olhar – e sustentá-lo sem fechar os olhos – para o preconceito étnico-racial que ainda existe e se expressa de várias maneiras, nas diferentes instituições sociais.

Ainda em termos de leis federais, importa destacar a Lei 11.645/08, que foi uma das grandes conquistas (Brasil, 2008), para o reconhecimento social do negro e do indígena. Tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do Ensino Fundamental e Médio. A lei abarca uma série de importantes questões, não se resumindo apenas à discussão em torno da escravidão e do preconceito, mas de retratar a importância do reconhecimento do negro e do indígena como pilares da formação da sociedade brasileira, como sujeitos históricos que lutaram pelos seus ideais.

Como alerta Medeiros (2021), no sítio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nosso estado é recordista quando o tema é injúria racial.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, o Estado teve o maior registro de casos no Brasil, com 2.865 violências - uma média de 7,8 registros diários. De agosto de 2018 a agosto deste ano, por exemplo, 133 casos de injúria racial chegaram ao Poder Judiciário catarinense (PJSC). Neste mesmo período, 122 pessoas foram condenadas pelo crime. Em atuação no Vale do Itajaí, o juiz Edison Alvanir Anjos de Oliveira Junior, titular da 2ª Vara da comarca de Pomerode e coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Diversidades, criado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), observa que os números sobre o assunto são escassos no Estado, em que apenas 19,8% da população se considera preta ou parda, de acordo com dados coletados pelo IBGE em 2019.

Destaca-se a percepção de opressão da população negra, por exemplo, em um local composto por uma população em um índice de oito brancos para cada dois negros em um espaço automeado Vale Europeu. “Sem sombra de dúvidas a sensação de impunidade causa opressão e acaba desencorajando vítimas do racismo estrutural a buscar apoio, acolhimento, enfim, que seus direitos sejam reconhecidos” (Medeiros, 2019, p. 01).

Os escritos da página anterior não devem escandalizar o leitor como se fosse essa uma grande surpresa. Santa Catarina foi o berço da primeira deputada estadual negra do país e, mesmo depois de seus grandes feitos, apenas recentemente e por iniciativa de outra mulher, seu nome, seu retrato e sua história tem emergido e ocupado seus espaços outrora esquecidos.

A pesquisadora que se debruçou sobre a trajetória de Antonieta de Barros chama-se Jeruse Romão. Assim como Antonieta, Jeruse, nascida em Florianópolis, é professora e se destaca como uma importante referência na área da educação e na luta por igualdade racial. Sua atuação tem sido marcada por uma postura combativa em prol da inclusão social, da defesa dos direitos da população negra e da preservação da memória histórica do povo negro em Santa Catarina.

Desde 1983, Jeruse Romão dedica-se à Educação das Relações Étnico-Raciais, com ênfase na trajetória educacional da população negra e na formulação de políticas públicas educacionais, tanto na esfera estadual quanto municipal. Na década de 1980, foi uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Negros (NEN), além de ter atuado como assessora parlamentar na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Entre suas contribuições de destaque está a participação na criação da Medalha Antonieta de Barros, honraria concedida à educadora, jornalista e deputada que inspirou sua obra publicada em 2021: Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil.

Em registros antigos da Assembleia Legislativa, de mais de 70 anos, uma misteriosa personagem mencionada como “Ela” evidenciava a presença de uma mulher entre os parlamentares. Esse ser quase invisível era a deputada Antonieta de Barros. Uma busca nos arquivos da ALESC demonstrou, ainda, que não foram preservadas fotografias da deputada no acervo. As informações foram transmitidas pela ex-deputada Ideli Salvatti (PT), durante uma solenidade especial comemorativa aos 117 anos de nascimento de Antonieta, convocada pela Bancada Feminina da Assembleia Legislativa e realizada no dia 5 de julho de 2018. Ideli lembrou que,

durante seu mandato, entre 1995 e 2003, atuou apaixonadamente pelo resgate da história da primeira deputada catarinense e primeira deputada negra brasileira. Com a colaboração do então vereador Márcio Souza (PT), a equipe que assessorava Ideli conseguiu localizar fotos da parlamentar no porão do antigo Colégio Dias Velho, onde Antonieta foi diretora e onde funcionou o grupo escolar com seu nome. Esse prédio, que fica na rua Victor Meirelles, encontra-se hoje abandonado pelo estado. “‘Ela’ não tinha nome, não tinha identidade naqueles documentos arquivados”, reforçou Ideli em seu pronunciamento. O grande desafio de retirar Antonieta da invisibilidade projetou o nome da primeira deputada de Santa Catarina, embora de forma tardia, mas justa: uma medalha da ALESC com seu nome e destaque no interior da Assembleia, com foto na galeria das deputadas (“Galeria Lilás”). Foi também o nome escolhido, ainda na década de 1990, para batizar o túnel que liga o Aterro da Baía Sul à Via Expressa Sul (Silva; Moreira, 2023, p. 12).

O excerto trazido por Silva e Moreira (2023), pesquisadoras gaúchas, compõe a obra Antonieta de Barros, parte de uma coleção nomeada “Mulheres na sala de aula” e faz alusão aos grandes feitos dessa menina que – professora, jornalista, deputada – acreditava que a educação tinha o importante papel de consolidar a liberdade das pessoas. Já lutava, a filha de Catarina, por equidade em uma época em que essa palavra não era tão popular. Pautas de suas discussões eram as bolsas de estudos para estudantes com poder aquisitivo insuficiente para custear os estudos e a valorização do magistério.

Trazer Antonieta de Barros nessa altura dos escritos é lembrar o quanto a Educação (em maiúscula mesmo) está vinculada à possibilidade de transformar, de humanizar e de sensibilizar o coletivo para práticas pedagógicas alinhadas garantia de direitos de quem tem sua história escrita, contada ou apagada pelo outro. Esse “outro” coletivo, que combate, oprime e silencia a diversidade.

No sentido de combater os crimes de racismo e injúria racial em solo catarinense e de maneira a aproximar o rigor da lei dos cidadãos catarinenses, pode-se citar a criação da Lei Nº 15.983, de 9 de abril de 2013 (Santa Catarina, 2013), que criava a Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina. Essa lei que foi revogada pela Lei Nº 16.719, de 08 de outubro de 2015, garantia que, durante a Semana Estadual da Consciência Negra poderiam ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos, ações de valorização da diversidade étnico-cultural, da consciência do valor histórico da população negra para a formação do

Estado, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate ao preconceito e à discriminação racial.

É importante escrever sobre a normatização de práticas educativas voltadas para o combate a todos os tipos de preconceito e expressões desse preconceito. Conforme alerta Medeiros (2019), embora a Constituição garanta o acesso à Justiça como direito fundamental do cidadão, em alguns casos o Estado é tão ausente na vida de algumas pessoas que estas não conseguem exercer sua cidadania em plenitude e, mesmo na condição de vítimas, elas não acessam o sistema de justiça por desconhecimento de seus direitos. Torna-se necessário democratizar as instituições do sistema de justiça, com a finalidade do acolhimento dessas vítimas. E a democratização somente se dará nessas instituições com acesso a cargos e postos de comando aos negros, às mulheres e à população LGBTQIA+, por exemplo.

A marca do povo negro está na construção das cidades, na literatura, na cultura, na construção social e econômica deste território. Todavia, os indicadores sociais apresentam uma realidade que se distancia em muito a grandiosidade do povo afro-descendente. Ensinar a cultura afro-brasileira nos bancos escolares é assumir uma aposta discreta na possibilidade de que as pessoas valorizarão a própria cultura e o próprio percurso de construção e reconstrução de identidade dessa cultura se se compreenderem parte dela, se perceberem que a ignorância é a raiz da violência e do preconceito em suas múltiplas e criminosas facetas.

2.3 PRECONCEITO NA ESCOLA: RAÇAS, GÊNEROS E PODER DE CONSUMO

Este texto/retalho da pesquisa faz uma alusão à maneira como se apresentam os preconceitos de raça e de gênero no ambiente escolar, alinhavados às questões de poder de consumo ou da ausência da possibilidade de consumir, logo existir.

Carolina Maria de Jesus (2007, p. 47), não escreve sobre miséria, e nem sobre a vida triste das pessoas em estado de vulnerabilidade social. Mais que isso: ela escreve a miséria e a vida “infausta dos favelados”. Escrever sobre a dor é menos que escrever a dor. Quem escreve sobre alguma coisa está a posicionar-se com proximidade relativa que pode variar conforme o lugar de fala de quem o faz. Mas quem escreve a coisa está com ela em si, em um processo simbiótico, em que não se

sabe quanto de si é ser e quanto de si é dor, quanto de si é ser e quanto de si é miséria e sofrimento.

A negritude esteve costurada à pobreza e à carência de oportunidades, em nosso país. Sempre associada a trabalho, mas pouquíssima associada à colheita dos frutos desse trabalho. Abordar essas relações entre o *modus vivendi* das pessoas negras e brancas e as circunstâncias que estabelecem o acesso ou à falta dele a oportunidades ou direitos é temática a ser discutida na escola.

Conforme destacam Matos e França (2021),

A educação para as relações étnico-raciais está relacionada diretamente com o sucesso das políticas públicas incluídas no processo educativo de alunos negros e brancos. É possível encontrar pedagogias de combate ao racismo e à discriminação, as quais defendem o fortalecimento da consciência negra nos negros e o despertar dessa consciência nos brancos (Matos; França, 2021, p.02).

É esse também o entendimento de Silva (2021), quando destaca que as tensões provenientes de relações étnico-raciais no Brasil estão entranhadas em nosso meio desde a colonização. As questões que envolvem o negro no Brasil foram marcadas por discursos variados que, em sua maioria, procuravam atribuir um tom de amenidades aos fatos propostos. Nos dias atuais, segundo o autor, vivemos um momento favorável para problematizar as questões étnico-raciais, uma vez que se discute de modo mais aberto essas tensões e condições adversas para pessoas negras. Some-se a isso, o fato do maior engajamento da sociedade, representada por movimento sociais, como o Movimento Negro, que exercem pressão junto às autoridades do país. Essa movimentação repercutiu em ações legais destinadas principalmente para área da educação, uma vez que na escola, temos a presença de um processo educativo que contribui para o desenvolvimento humano.

Faça-se uma crítica, contudo, ao lugar ocupado pela discussão étnico-racial no ambiente escolar. Diz-se que quem não sabe fazer diz o que tem que ser feito e quem sabe fazer diz como é que se faz. Ainda estamos há meio caminho do saber fazer. Mas há pistas de como não fazer. É possível aprender também com o que nem sempre dá resultado. Não dá resultado desenvolver uma caricatura de ensino que fomente discursos pontuais e esporádicos. Não dá resultado tratar da questão como uma agenda política vazia e desprovida de ética e respeito à diversidade humana.

Não dá resultado discutir o respeito incluindo conjunções adversativas no discurso. “Mas”, “porém”, “todavia” e, “contudo”, não devem existir, aliadas às sentenças que demandam o respeito às diferenças e a garantia dos direitos de todas as pessoas, sobretudo das pessoas que tiveram suas histórias de vida marcadas pela invisibilização e pelas mais variadas formas de violência – desde a física até a epistemológica. Isso, como sintoma de relações desiguais de quem escolhe e seleciona, categoriza e classifica, toma para si e exclui.

Também é possível citar algumas práticas pedagógicas que dão resultado. É possível e recomendável aprender a caminhar com quem já caminhou. Para resgatar a metáfora que acalenta esse texto, é recomendável, mais fácil e até menos traumático aprender a costurar com quem já costurou. Essa – o costurar - é uma prática prioritariamente feminina e não raro as mães ensinavam as filhas e as avós re-ensinavam as netas. As pessoas aprendem a ser com outras pessoas que, aos seus olhos, já são.

Reconhecer que somos racistas é ainda o grande desafio, porém apenas quando admitimos, começamos a costurar novos retalhos, de tecidos antirracistas, na nossa colcha de retalhos.

Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (Scotson, 2000, p. 24).

O leitor, no entanto, pode pensar que essa tristeza presa em cada ponto dado, em cada palavra escrita, é balizada pelo lugar de fala da pesquisadora que, em algum espaço/tempo de sua existência, deve ter sentido na pele o racismo ou, então, que tenha presenciado circunstâncias que a sensibilizaram para essa temática. Trata-se da segunda hipótese, mas, mais que a ingênua e insuficiente sensibilização inicial, reforça-se a percepção da importância de debruçar-se sobre os discursos muitos que nos compõem e compõem nossas respostas ao cotidiano.

É preciso evoluir o olhar para perceber que a branquitude tem seu papel na luta antirracista e não é o papel de se sensibilizar com o negro, mas de estar ao lado na luta antirracista, pois teve um papel fundamental na construção do racismo.

Conforme define Ribeiro (2022),

O racismo é um fenômeno social que atravessa as relações humanas em diferentes ambientes e fases da vida, orientando sentimentos, crenças e comportamentos negativos em relação a alguns grupos e positivos em relação a outros, num processo de hierarquização e exclusão. Em sociedades racistas, os indivíduos se envolvem em um tipo de socialização, a qual a literatura nomeia como socialização étnico-racial, que diz respeito a comunicação de crenças, concepções e modos de entender o que são os grupos raciais, por meio de mensagens verbais e não verbais, explícitas e implícitas (Ribeiro, 2022, p.11).

Dito de outro modo, e de maneira mais específica, o preconceito racial, o racismo é o processo de desprezo, de invisibilização das pessoas e de suas histórias. É a deslegitimação de vidas que, em virtude mesmo das memórias de vidas outras que as compõem e de elementos que para uns são orgulho, para elas, são diminuição da expectativa de vida, diminuição da qualidade de vida, diminuição de ofertas de trabalho e de acesso à saúde, educação, lazer e outras coisas que são direito das pessoas, exceto se elas forem “de cor”.

Antes que o leitor se enfureça diante da temporalidade presente expressa nas assertivas anteriores, apresente-se os escritos de Matos e França (2021), que corroboram esse entendimento, trazendo dados estatísticos que tratam de evidências de que as Leis não estão sendo cumpridas, mais que toleradas.

Os aspectos negativos relacionados ao povo negro são resultados de um longo período de colonização europeia que levou o Brasil a ser o último país a abolir a escravidão. Apesar de terem sido aprovadas políticas de ação afirmativa a partir de 2001. A população negra ainda encontra dificuldades para ascender socialmente. Evidências indicam que a taxa de analfabetismo afeta 3,9% da população branca para 9,1% das pessoas pretas e pardas com idades entre 15 anos ou mais. Quando observado o grupo etário mais velho, a taxa de analfabetismo atinge 10,3% das pessoas brancas com 60 anos ou mais, enquanto 27,5% atinge pessoas negras da mesma faixa etária. O trabalho infantil também é uma realidade que afeta mais as crianças negras (64,1%) do que as crianças brancas (35,9%), e mais os meninos (65,3%) do que as meninas (34,7%) na faixa etária dos 5 aos 17 anos de idade (Matos; França, 2021).

Registre-se, pois, em tom de denúncia, a percepção de que os caminhos percorridos pelos estudantes negros são marcados pelo preconceito e de uma maneira estrutural vão conduzindo-os para as margens, esquecidos e colocados à beira. Espera-se pouco das crianças negras. A condescendência ingênua e a pouca esperança dos professores que não se percebem como potência de transformação social na luta contra o racismo e o preconceito contribuem para o processo de marginalização de quem já nasceu criança e jovem negro.

Refleta-se sobre a profecia que se auto cumpre de que o rendimento é baixo e tanto a culpa oriunda de ideias meritocráticas como a condescendência pueril e igualmente nociva embora menos rancorosa que menospreza a capacidade dos discentes negros e justifica seu fracasso escolar com as poucas condições que teve na vida (mas sem mobilizar ações concretas de reconhecimento dos sujeitos) perpetuam o preconceito étnico-racial.

Conforme destaca Oliveira (2010a; 2010b), os alunos negros vivenciam constantemente experiências de racismo em suas escolas. Pode-se perceber no modo como os alunos negros que frequentam a educação infantil são preteridos por parte dos professores nos cuidados e no afeto em relação aos colegas brancos, e quando as crianças negras pobres com o histórico de fracasso escolar são os principais alvos da discriminação feita por colegas e professores.

Gomes (2007), afirma que:

Uma das questões mais evidentes quando se pensa a construção do negro enquanto sujeito e identidade, no contexto das relações raciais brasileiras, é o trabalho emocional que é necessário ao indivíduo negro desenvolver para atingir uma elaboração de sua auto-imagem numa chave positiva, numa configuração social na qual enfrenta um processo constante de estigmatização que se presta ao propósito de cristalização do negro num lugar de inferioridade social, por meio da desqualificação e (ou) anulação de todos os referenciais fundamentais à construção de uma imagem e uma estima favorável de si e do grupo ao qual é associado (Gomes, 2007, p.527).

Escreve-se, pois, sobre o cumprimento de uma Lei em termos de oferta de vaga nas escolas, sobre a garantia de acesso e até de permanência (desde que se adequem ao sistema), mas o descumprimento dessa mesma Lei, ao prescrever um destino específico, como essas histórias que a gente mal lê a primeira página já sabe como será o fim.

Ao se olhar para o exemplo de uma criança negra na escola, percebe-se que as expectativas a respeito dos negros são quase sempre fundadas por preconceitos e estereótipos, de modo que as crianças devem antes de qualquer coisa lutar contra o estigma da incompetência, da incapacidade intelectual, do fracasso. Em meio a condições sócio-econômicas desestimulantes e impossibilitadas de compreender de onde surgem tantas imagens negativas a seu respeito e distantes da possibilidade de alcançar o padrão ideal, muitas crianças e adolescentes desenvolvem um trabalho das emoções não no sentido de se adequar ao gosto de estudar (esperado), mas no sentido de proteger sua própria subjetividade da completa degradação diante de metas inatingíveis (Gomes, 2007, p. 529).

O racismo também contribui para que os sujeitos desejem ter as características físicas do grupo branco por este ser mais valorizado socialmente, aspecto que colabora para a recusa em se perceberem como negros.

Segundo Gomes (2007),

Outra alternativa da qual indivíduos negros que não alcançam a meta da elaboração positiva da auto-estima usualmente lançam mão é a imitação do padrão branco por meio da aparência – principal foco sobre o qual incide a discriminação em um país como o Brasil que, como bem afirmou Nogueira (1998), atua com base em um “preconceito de marca”. Assim surgem todas as técnicas de clareamento da pele (muito mais comuns há algumas décadas que agora), e os alisamentos de cabelo e cirurgias para alterar a forma do nariz, tornando o fenótipo mais próximo do de um indivíduo branco (Gomes, 2007, p.535).

Veza ou outra, há quem consiga segurar a caneta e escrever a própria história. Há quem, contrariando a lógica de um sistema educacional cuja estrutura tem sido desenhada e mantida para uma espécie de fracasso pré-anunciado, mude o final da história, descobrindo-se e construindo-se autora de si.

Imaginando que estamos cá costurando a nossa colcha de retalhos, seria interessante trazer à memória e aos olhos do leitor aquele pedaço específico de pano, de quando costuramos o texto da professora, antes menina pobre e negra, que dizia querer subir as escadas, estudar com os outros colegas, não pela questão da branquitude, mas porque sabia e sentia que a ela, nos porões da escola, menos era ensinado e dela, nesse ambiente, menos era esperado.

3 GÊNERO FEMININO E O FEMINISMO NEGRO: ENTRE O SER MULHER NEGRA E O ESCREVIVER

Ao longo dos anos muitos foram os embates travados no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da figura da mulher negra na sociedade brasileira. Esse embate tem alcançado algumas vitórias no decorrer do tempo, mas ainda falta muito, tendo em vista a força da cultura do embranquecimento. O debate sobre a identidade, considerando a relação gênero e etnia, pode contribuir para as discussões étnico-raciais que envolvem a mulher negra, pois essas mulheres são vítimas do histórico de discriminação e do preconceito étnico que ainda opera no processo de diferenciação.

Os estudos de mulheres não centraram suas discussões nas múltiplas formas de opressão, como gênero, raça, classe, vividas cotidianamente pela mulher negra, longe do hegemonismo.

Akotirene (2019), argumenta que:

Mulheres negras, na condição de outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma convivência subjetiva com a dominação masculina. As mulheres negras escolheram lutar pelo sufrágio e pela abolição, defenderam os homens negros e as companheiras brancas, reconhecendo que, quer seja descrito, quer seja analítico, isolado de outras categorias de análise, o marcador gênero explica as violências sofridas por mulheres brancas, bem como a categoria raça explica o racismo imposto aos homens negros (Akotirene, 2019, p.20).

Colocadas na condição de subalternidade, as mulheres negras se tornaram protagonistas de suas próprias lutas contra o racismo e a opressão feminina, estabelecidos no seio de uma sociedade alva e patriarcal. O processo de edificação da identidade negra foi e é construído historicamente no interior de uma sociedade que foi cuidadosamente costurada com as linhas do racismo. Como elemento que possibilita esse histórico costurar de preconceitos e crenças, a identidade é construída no contato com o outro, intermediada pela troca de valores sociais e culturais e pela condição de ser negro.

Woodward (2000), lembra que, ao entender a identidade como um processo de “tornar-se”, compreende-se que, nesse embate de lutas da mulher negra, ela não se posiciona pela identidade, mas elas se posicionam a si próprias,

construindo e transformando uma herança historicamente marcada pelo racismo e pelo preconceito.

Como processo identitário, conectada pela troca de experiências e vivências com o outro em sociedade, a identidade da mulher negra sempre foi construída pelo embate dentro de uma sociedade que consagrou a imagem do branco como superior e, ainda hoje, oferece a mulher negra, o que sobrou da hegemonia praticada pela raça branca. São os tecidos refugados da colcha de retalhos.

Em se tratando da mulher negra que escreve, importa ao leitor lembrar que, durante um longo período da história do país, o campo literário foi predominantemente destinado à elite branca e masculina, espelhando o que ocorre nos cotidianos que antecedem as ideias presas nas páginas e telas.

Muitas mulheres, tanto negras quanto brancas, têm visto a literatura por muito tempo como um lugar de exclusão e, muitas vezes, de negação. Ser mulher, via de regra, era sinônimo de limitação e manutenção de um estilo de vida que atendia demandas masculinas em domínios domésticos fortalecidos por dogmas religiosos, o que limitava suas chances de se envolver no cenário literário.

A objetificação do sujeito se dá, por tanto, a partir da completa e intencional ignorância de suas vontades, seus pensares e seus querereres. Ser mulher não a constitui ser humano. Ser mulher a torna útil. Assim, coisificada, a mulher vai sobrevivendo apesar de ser menos. Essa coisificação é trazida e veementemente combatida no texto *Gênero, Raça e Ascensão Social*³, de Sueli Carneiro, ao dialogar com um autor cujas palavras mais consolidavam do que refutavam o preconceito racial, a partir da objetificação da mulher.

Em primeiro lugar e verdadeiro que as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis inclusive esteticamente como e verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade Portanto neste sentido não estamos em desacordo com o Sr Joel Rufino e lhe reconhecemos conforme ele mesmo reivindica ao longo de seu artigo todo o direito de amar e venerar as mulheres brancas Nos mulheres negras ou brancas não somos fiscais do tesão de ninguém. Temos outras prioridades políticas o combate a todas as formas de discriminação e violência sofrida pelas mulheres em geral e pelas mulheres negras em particular Por isso não lhe damos o direito de coisificar ou reificar as mulheres tratando-as a partir do mais grotesco chauvinismo como objetos de consumo ou ostentação Meros adornos do status e poder de um homem A desqualificação estética da mulher negra e a suposta valorização estética da mulher branca classificadas respectivamente como Fuscas e Monzas longe

³<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>

de ser um artifício retórico através do qual como se esperava o autor iria desvelar criticamente a perversa lógica machista e racista presente nas relações afetivas Inter étnicas e dentro do grupo negro contrariamente presta-se somente a ratificar de forma naturalista os preconceitos e estereótipos correntes no imaginário social a respeito das mulheres (Carneiro, 1995).

Carneiro escreve sobre a submissão dos negros e sobre uma espécie de revanchismo em uma temporalidade desencontrada, que considera a mulher um prêmio involuntário de guerra, em batalhas entre grupos sociais, raças e poderes aquisitivos. Apossar-se da mulher de outra cor é possuir-se do povo e subjugar-lo, dobrando seus joelhos e tornando-os menores e mais fracos. Nesse complexo espaço constituído pelas lutas por poder, a mulher – branca ou negra – tenta se levantar para não se afogar na correnteza do machismo, do apagamento de si por meio de uma colonização alicerçada em muitas formas de violência.

Nesse contexto, pertinente citar, também, a dissertação de Ana Paula Freitas dos Santos que, em 2021, publicou sua pesquisa com o título “Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e descolonização”.

Sua pesquisa tinha como tema as maneiras segundo as quais se manifesta o lugar de fala em dois livros da escritora Conceição Evaristo: *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) e *Olhos d’água* (2016). *Insubmissas lágrimas de mulheres*, o livro de contos onde diversas mulheres negras conduzem a vida por maternidade, casamento e família, mas também pela resistência em suas lutas particulares contra o machismo e o racismo e *Olhos d’água*, livro em que a maternidade e o elemento água estão presentes em quase todas as narrativas, seja em lágrimas ou no sangue menstrual que une todas as mulheres como um fio da vida. Do sangue e das dores grudadas nas telas de Mary Benedita, que num desesperado ato de se reconhecer, deu suas cores em carne e sentimento. Sobre sangue, vida e morte, há muito também no texto de Evaristo, quando conta a história de Líbia Moirã (Conceição, 2016, p. 56), mulher que não se compreendendo, nem dominando sua própria condição de desespero e pavor, decide dirigir a única coisa que lhe resta: dar cabo da própria vida. Ainda que não tenha conseguido e, já com mais de 50 anos de sofrimento e incompreensão, sua história é a metáfora que permite ao leitor uma reflexão profunda sobre o parto, o nascer e morrer e o renascer a partir da compreensão de si e do mundo.

A vida e a morte são alegorias constantes nas narrativas da periferia brasileira; nelas, a fome, a violência e o crime colocam os personagens na “corda bamba da vida”. Por meio de leitura bibliográfica, Santos (2021), levantou e apontou conceitos provenientes da teoria literária, assim como de estudos de raça, gênero e pós-colonialidade. Ainda, materializa em seus escritos a ideia de que a reeducação das relações étnico-raciais é positiva para todos, muito especialmente em um país multirracial como o Brasil, onde o combate ao racismo depende muito do engajamento dos negros e dos não negros nessa luta.

Há quem considere a obra de Conceição Evaristo como uma janela, - a exemplo da própria pesquisadora - uma lente que permite o vislumbre de um cenário onde é possível conhecer e reconhecer a construção do racismo como uma ideologia determinista que justificou a escravização, e, por oposição, o reconhecimento de que é preciso a desconstrução dessa perversidade de pensamento para alcançar uma nova sociedade, mais justa e igualitária.

Outro texto dissertativo lido foi escrito por Lidiane Lima de Vasconcelos (2022), em 2022, sobre o impactante título: “As violências escritas em Olhos d’água, de Conceição Evaristo”. Já no resumo, a pesquisadora alertava para a sutileza artística com que foi costurado seu próprio texto. Tecido com finura e esmero, é também sustentado pelo rigor próprio do produzir científico.

Tratando-se de uma análise discursiva, examinou as representações ficcionais sobre as violências contra as mulheres, sobretudo contra as mulheres negras, identificando que tais violências advêm de uma cultura androcêntrica, na qual misoginia e racismo fundamentam historicamente o poder centrado no gênero masculino e branco. Com isso, Vasconcelos (2022), evidenciou que as opressões exercidas contra as mulheres no Brasil resultam do processo de colonização europeia e escravocrata e, portanto, se diferem de acordo com a raça, a classe, a sexualidade, além de outras variantes, que atravessam as mulheres.

É importante pensar o escrever como a possibilidade de quebra de estereótipos relacionados à forma com que as mulheres negras são vistas na literatura e na sociedade ao retratar a história, a resistência e a ancestralidade dessas mulheres.

Vasconcelos (2022), destacou – e nesse aspecto específico, que o leitor respire profundamente e perceba que falamos de colchas diferentes e, ainda assim, constituídas de fibras do mesmo pano – a presença e a contribuição da escrita

produzida por mulheres negras no cenário literário nacional, relacionando a representatividade de outras cinco escritoras negras: Maria Firmina do Reis, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Miriam Alves e Ana Maria Gonçalves.

Ressalte-se a pesquisa empreendida por Nolasco (2023), que levou para o chão da sala de aula escritos de mulheres negras que iam além das obviedades comuns em seleções de leitura. Assim, foram lidos textos de Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Carolina Maria de Jesus, Meimei Basto e Jarid Arraes.

A gênese coletiva da reflexão empreendida fundou-se nas escolhas de autoras de relevância cultural e por trazerem, em suas produções, a mulher negra como porta-voz de sua história. Ao desenvolver um estudo pautado nos princípios de letramento crítico, identidade e gênero, Nolasco (2023), evidenciou a necessidade de se trabalhar nos ambientes escolares as questões referentes à representatividade da mulher negra nos ambientes diversos que compõem a sociedade, inclusive, nas estantes das livrarias e bibliotecas que hospedam livros de qualidade narrativa e substância literária.

Segundo a autora da pesquisa, observou-se que o coletivo discente (res)significou questões sobre racionalidade em suas leituras e produções textuais, bem como construiu suas impressões sobre identidade negra. Para essa pesquisadora, é evidente a importância de práticas educacionais de valorização à história e à cultura afro-brasileira, que precisam ainda ser intensificadas nas redes de ensino de educação básica, deixando de ser atividades pontuais e esporádicas.

Outro olhar foi lançado sobre o texto de Lorrany Andrade da Cruz, publicado em 2022. Com o título “Costurando a vida com fios de ferro: mulheres negras no limiar entre a vida e a morte em Olhos d’água, de Conceição Evaristo”, a autora investigou a condição feminina das personagens negras da coletânea de contos Olhos d’água (2014), dessa escritora negra brasileira contemporânea (Cruz, 2022).

Sua análise buscou observar as maneiras segundo as quais as mulheres negras escritoras experienciavam, manifestavam, denunciavam as coisas da vida e seus martírios silenciosos ou estrondosos em seu tempo-lugar. Do mesmo modo, em seu texto, tornou-se latente a busca por denúncias referentes às opressões estruturais relacionadas ao colonialismo, tais como o racismo, o sexismo e o classismo, práticas silenciadoras de mulheres.

Lorrany sinalizou a ferocidade poética com que Evaristo construía os cenários habitados pelas protagonistas cujas vidas estavam rondadas continuamente pela vida e pela morte, foram apagadas pela violência (Cruz, 2022). A pesquisadora ponderou sobre a necropolítica latente na realidade das personagens dos contos e sobre a escrita escrivente imbricada de poesia e morte de Conceição que, humanizando suas personagens, estabelecia significativos diálogos sobre a política da vida e os caminhos e descaminhos da mulher negra, na sociedade atual.

Infere-se, pois, que a formação identitária da mulher negra na sociedade brasileira assumiu uma posição de resistência, travada num embate social e cultural, a partir do processo de interação da mulher com o outro em sociedade. Ser negra no Brasil, significa caminhar um caminho e lutar uma luta marcada por estereótipos que foram determinados às mulheres ao longo da história.

Nesse contexto de lutas e resistência, registrou-se, ao longo das histórias, movimentos feministas e negros que questionaram mais do que apenas a desigualdade de raça e de gênero ou da naturalização das condições desiguais entre mulheres e homens, mas a necessidade de compreender sob a égide da superação, as condições das mulheres negras submetidas aos processos de opressão na sociedade. O feminismo negro pauta sua discussão nessas peculiaridades, no sentido de compreender o lugar ocupado pela mulher negra, a partir do cruzamento da interseccionalidade e as opressões de gênero e de raça na sociedade.

É justificável e, mais que isso, imprescindível que se lancem olhares múltiplos sobre as questões de gênero interseccionadas com as questões de raça e classe sem a necessidade de hierarquizá-las. É passado o tempo de destacar a importância das mulheres negras escritoras, que rompem com o discurso hegemônico e com a ótica colonizadora sobre seu corpo, sua identidade e sua sexualidade.

3.1 SER MULHER NEGRA ESCRITORA EM SANTA CATARINA: CAMINHOS COSTURADOS A MUITAS MÃOS

Costurar é, muitas vezes, um inventar caminhos, um imaginar reparos, um pensar as possibilidades para além do que há. É, o costurar, o refazer-se e o remendar-se enquanto emendamos os panos que tornar-se-ão algo maior, inclusive, maior que nós. É preciso que alguém vislumbre, ao ver um retalho, já a colcha pronta.

Ou que ao menos ouse alinhar pontos diferentes como quem inventa outras peças com o mesmo pedaço de pano.

Santa Catarina é terra de gente assim. Conta-se a história, em nosso estado, uma garotinha, filha de uma mulher escravizada, mas que foi liberta e – para ganhar o sustento – lavava roupas para fora.

[...] a mãe Catarina, uma ex-escravizada, exímia lavadeira, moradora das áreas mais despossuídas da cidade, que “empurrou” as filhas, incluindo a irmã Leonor de Barros, para o caminho dos estudos, interrompendo o forte ciclo de servidão e ofensas como sórdida herança dos tempos da escravidão (Barros, 2021).

Quando grande, optou por perpetuar suas ideias sob a guarda de outro nome. Muitos leram os textos de Maria da Ilha, nome de escolha de Antonieta de Barros, professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil.

Trabalhou arduamente e proeminentemente pela educação; foi cronista e política, a primeira deputada negra do Brasil, eleita em um contexto fortemente marcado pelo racismo e pelo machismo. E, enquanto mulher preta, subsumida ao mundo racista, machista e, tendo na sua origem, as marcas da “civilização” escravista e patriarcal: “foi neta e filha de mulheres de tradição africana, escravizadas na cidade de Lages” (Romão, 2021, p. 41).

A menina Antonieta experienciou aquela fase em que as pessoas não eram mais e oficialmente escravas, mas eram obrigadas pela contingência dos dias a se colocar em situações de insalubre vivência. (Como se hoje não acontecesse isso. Ainda hodiernamente há, volta e meia, narrativas de exploração humana em situações de trabalho análogas à escravidão. Mas isso é assunto para outra dissertação, caso o leitor se aventure nesses caminhos).

Antes que os olhos atentos do leitor corrijam mentalmente o uso do termo “escravas” ao invés de “escravizadas”, é preciso contar-lhe que isso foi intencional. Veja você, caro leitor, que a naturalização da escravidão era tal que a locução “descendente de escravos” era usada como um indicativo de origem. Enquanto uns diziam: “minha avó era italiana”, “meu pai era alemão”, “minha bisavó era portuguesa”, outros diziam: “minha avó era escrava na fazenda do fulano”, “minha bisavó foi pega a cachorro” ... essa última memória reflete o silencioso caso das indígenas sequestradas, violentadas, “domesticadas ou domadas” e transformadas em escravas nos lares dos ilustres pioneiros da colonização.

Mas assim é que Antonieta “sofreu dos resquícios da não liberdade (do período que se seguiu à abolição da escravatura no Brasil), da ausência e falta que a pobreza marca” (Romão, 2021, p. 25).

Como enfatiza essa pesquisadora, a luta de Catarina é que possibilitou a entrada da menina nos caminhos da educação, de modo que a conclusão do Curso Normal em 1921 abriu-lhe dois caminhos trilhados com maestria: tornou-se professora e publicou suas crônicas nos jornais de nosso estado. Em 1935, tornou-se deputada estadual e, em 1947, foi suplente na assembleia estadual. Ainda, Antonieta de Barros dirigiu e ensinou no Instituto de Educação Dias Velho e o Colégio Coração de Jesus.

Há uma poética da superação, essa “bem-aventurança” que aparentemente tende a amenizar o significado do que pode ter sido para uma menina pobre e negra o construir caminhos onde antes só havia capoeira, tiguera e carrascal.

Nogueira (2021, p. 01), direciona nosso olhar para o perigo da história única, reforçando a necessidade de compreender a multiplicidade das possibilidades narrativas. Diga-se dessa forma, tanto para puxar a memória de quem lê, quanto para estabelecer um alinhavo das ideias dessa menina pesquisadora negra à outra pesquisadora negra que já foi mencionada nessa dissertação/colcha de retalhos. Quando publiciza seus pensamentos acerca do livro escrito por Jeruse Romão – (que o leitor grave bem esse nome) – sobre a vida e obra de Antonieta de Barros, ela alerta:

Jeruse desloca a narrativa e cria uma possibilidade de vida complexa. Assim, foge de uma desumanização que reforça uma perspectiva meritocrática que resume Antonieta à uma figura solitária de excelência negra reconhecida pela branquitude e faz deste livro um lugar de reencontro dela com aquelas e aqueles que podem reconhecer em seus corpos, suas trajetórias, suas convicções, um pouco de Antonieta e vice-versa (Nogueira, 2021, p. 17).

Viver, sobreviver, em um cenário que tanto hostiliza quanto invisibiliza é extremamente adoecedor e contraproducente. Romão (2021), escreve o contraponto de cores e destinos que as acompanham, via de regra:

Ademais, Antonieta viveu em um século de “luzes”. Essas ao certo brancas, pois, na voz de quem oprime o que é luz é sempre branco, sendo resvalado as “trevas” o “não-branco”, o preto ou escuro, aquilo que “não-ilumina”. Assim, dentro dessa construção de opressão e racismo, nasceu Antonieta (Romão, 2021, p. 43).

Antonieta enunciou um discurso que tinha como argumento o reconhecimento da mulher, não como subalterna do homem e nem ao seu serviço nas

mais variadas instâncias, mas como um sujeito cujas limitações sociais foram impostas por um modelo de convívio excludente, egoísta e patriarcal. Contudo, ao mesmo tempo em que reconhecia essas questões, registrava a educação como possibilidade de liberdade e reconhecimento da individualidade das pessoas.

Para ela, precisamente nessa sistemática imperfeita de uma educação falha e excludente é onde reside o alicerce da sociedade que levou as mulheres a uma vida sem liberdade a partir de uma prática de “semi-cidadania”

“não é que ela tenha nascido para o lar, por hábito ou por comodidade; não é que lhes falte inteligência. O que se lhe nota de Imperfeito é consequência do nosso defeituoso sistema educativo” (Silva; Sachet, 1991, p. 134).

Segundo Antonieta, à arte seria sólida possibilidade de desenvolvimento do sujeito, a partir do momento em que oferece o contato com o Belo, o que poderia despertar o artista em cada sujeito. A partir desse contato com a boniteza do mundo, o sujeito vivencia um processo similar ao despertar, ao dar-se conta – de si e do mundo. “Esse despertar leva a afirmação e a expressão de si enquanto indivíduo, enquanto ser que concebe e constrói a partir de sua própria interioridade e individualidade” (Silva; Sachet, 1991, p. 138).

A arte de escrever e o ato de fazê-lo anunciando-se como sendo outra pessoa, a exemplo de Antonieta de Barros que assina seus escritos como Maria da Ilha é peculiar. Dizer-se outra para poder dizer de si é uma maneira de salvaguardar-se dos olhos julgadores e preconceituosos do mundo. Foi, Antonieta de Barros, mulher que escreveu e extrapolou os limites de si para anunciar um outro mundo possível.

Nesse ponto dos escritos, apresenta-se ao leitor mais um nome que traz costurado em si uma história de posicionamento ético, político, estético e pedagógico quando se dialoga sobre uma educação antirracista, bem como sobre a história da menina Antonieta, que foi brevemente abordada neste retalho da pesquisa. De fato, pediu-se – alguns retalhos atrás – que o leitor gravasse o seu nome... gravar é uma prática que implica em fixar na memória, perpetuar, garantir vida depois da vida. É precisamente o que faz, essa outra grande escritora catarinense.

Jeruse Romão (2021), mulher negra, florianopolitana, nascida em 1960, é de família catarinense. Em entrevista à revista *Catarinas*, essa professora aposentada e biógrafa de Antonieta de Barros enfatiza o próprio compromisso com o combate à desigualdade e as discriminações em suas mais diversas formas e conteúdos:

Eu nasci com um olhar aguçado para as questões sociais. Desde menina, fui atravessada por escolhas políticas, apesar de só conhecer esse conceito quando adulta. Eu me formei no Curso Normal e depois cursei Pedagogia. Em 1983, iniciei o ativismo no movimento negro. Fui professora, assessora parlamentar de seis parlamentares de esquerda em Santa Catarina, participei de grupos de pesquisa de universidades, fui presidenta do Fórum de Educação das Relações Étnicas Raciais e dirigi algumas organizações. Sou fundadora da Mudiá, uma coletiva de mulheres lésbicas, e da escola de samba Dascuia (Romão, 2021).

O posicionamento sólido de Jeruse compele a quem lê a entrevista⁴ cujo link de acesso está deixado já aqui, nas franjas desse retalho do texto, a entender o porquê de apresentá-la valendo-se de suas próprias palavras. Seria incoerente parafrasear e, para esse contexto, enfraquecer ou modificar a percepção acerca da personalidade da professora que, também por meio da escrita, perpetuou narrativas de grande importância para a visibilidade de práticas antirracistas, bem como de trajetórias inspiradoras: a sua... a de Antonieta.

Romão (2021), descreve sua trajetória em ambientes diversos, mas sempre vinculados à educação, à importância que ela própria atribuía à Educação, ao mesmo tempo em que não aparta a profissional da mulher. Constitui-se profissional engajada nas lutas por uma educação de possibilidades de equidade e igualdade ao mesmo tempo em que resgata para seu discurso a maternidade:

Experimentei muitas coisas em Santa Catarina e escrevi. As duas publicações da Antonieta não são as minhas primeiras. Antes tiveram outras com função escolar, didática, pedagógica. Agora estou escrevendo no ramo da literatura. Sou mãe da Zânia, que é doutoranda na Universidade Federal (UFBA), e do Kaiodê, que é formado em Ciência da Computação e mora em Florianópolis (Romão *apud* Pessoa, 2023).

Quando Nogueira (2021), apresentou uma das obras de Jeruse, reforçou o movimento que transcendeu a narrativa biográfica comum, ponderando sobre a relevância de um trabalho de pesquisa que também fosse um trabalho de justiça, de resgate da autoria de Antonieta. Assim, além de evidenciar a importância de uma prática que vai na contramão do apagamento histórico, a autora também registra uma espécie de continuidade das costuras... por assim escrever... Jeruse segue tecendo e ampliando, divulgando, amarrando pontas e fazendo história, tal como a mulher que lhe foi inspiração.

⁴<https://catarininas.info/jeruse-romao-desconstroi-narrativas-da-branquitude-sobre-antonieta-de-barros/>

Se a gente fizer um mapa dos lugares que materializam espaços importantes para entender como Antonieta e Jeruse territorializam Florianópolis, muitos lugares irão se coincidir, e não é à toa. Jeruse é uma das herdeiras do legado político, educador e social de Antonieta, e a afinidade da energia de luta de ambas se materializou em todo o processo de escrita desta obra, que, felizmente, pude acompanhar. Muito mais do que escrever um livro, o que parecia motivar a pesquisa e a escrita que gerou esta obra era romper com uma prática desumanizadora ao recontar a história de Antonieta, que era vista como um ícone, fruto de um apadrinhamento velado de uma oligarquia catarinense. Fez-se necessário uma mulher negra, educadora, sujeita política de sua própria história de forma pioneira para honrar a existência de sua mais velha (Portal Brasil de Fato).

Antonieta de Barros foi uma mulher de grande importância no ambiente legislativo, como já registrado anteriormente. De modo similar, professora Jeruse também não se isentou e nem se ausentou dos seus compromissos assumidos (por querer) com as pautas educacionais. Diz-se por querer porque há desses envolvimento que mais são correntezas que vão levando as pessoas e há esses outros, que são escolhas latentes e tornam-se parte indelével de quem a pessoa é. Se Jeruse não lutasse por transformação para além do seu próprio olhar, não seria Jeruse. Se não se movimentasse no sentido de contribuir para a reverberação de um pensamento que dialogasse sobre africanidades, negritude cultura e cidadania, parte de si seria negligenciada. Como bem descreve Nogueira (2021), que também é professora, também é negra e também pesquisa e escreve sobre a negritude e territórios negros (e é filha de Jeruse Romão):

Um exemplo é o seu envolvimento na construção da lei municipal pelo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em Florianópolis desenvolvida no fim da década de 1990, quando chefe de gabinete do primeiro mandato construído pelo movimento negro no município. Dentre os muitos livros que organizou, sua veia memorialista também está presente especialmente na publicação de Africanidades catarinenses e História da educação do negro e outras histórias (Nogueira, 2021).

Azânia ainda escreve sobre a possibilidade do surgimento de outras mulheres que usem a palavra, o escrever, as escrituras para enunciarem um outro mundo possível: “novos espaços de imaginação serão criados e, neles, muitas outras “Marias da Ilha” se constituirão, tão comprometidas com a transformação da realidade rumo à uma sociedade livre de todas as formas de opressão, tal como lutam Antonieta e Jeruse” (Nogueira, 2021).

Eliane Santana Dias Debus instiga o reconhecimento de si, da negritude, o fortalecimento das narrativas e o existir como resistir diante do racismo estrutural que

se mantém em nossa sociedade. Também mulher negra, também professora, também escritora. Que se lembre aqui o leitor do modo peculiar que foi costurado o texto trazido pela filha de Romão. Nesse ir e vir representado pelo costurar insistente de fazer colchas... de fazer Educação antirracista... de sonhar Educação, há a Doutora Eliane que, entre as aulas que leciona na Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente no Departamento de Metodologia de Ensino, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, escreve.

Mas não escreve, apenas. Faz uso de seus escritos, a professora Eliane, para dar visibilidade à luta por uma sociedade antirracista e que dê conta de banir o preconceito de gênero. Educação e Cultura, para a professora Eliane, são elementos importantes nesse processo de se contrapor a práticas que apagam e desesperançam a plural sociedade em que vivemos.

Eliane Debus escreve sobre prevalecer em uma sociedade que dita destinos. Ela sugere e, mais que isso, incentiva o transgredir, o tecer escolhas, o sonhar possibilidades. Isso não se dá apenas por meio de suas palavras, mas de sua vivência. Pode-se dizer que sua escrevivência inspira.

Observa-se as suas palavras que se materializaram em suas ações, ou suas ações que se transformaram a partir da narrativa presente no Parecer nº 219/2022 do Conselho Estadual de Educação que se tratava da indicação de outorga do Diploma de Mérito Educacional à professora Maria Regina Chagas de Souza Vieira, pelos relevantes serviços prestados à Educação de Santa Catarina.

Maria Regina Chagas de Souza Vieira nasceu no dia quatro de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e um – (1961), em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Filha de Santina Correa Chagas de Souza e Fernando Jesuíno de Souza foi adotada aos quatro anos de idade por seu tio, irmão de sua mãe quando do falecimento desta. Antes dos quinze anos Maria Regina Chagas de Souza Vieira terminou o Ensino Fundamental do 1º/8º ano e com dezesseis anos partiu para o trabalho formal. Nesta época em cidades do sul de Santa Catarina, o trabalho para mulheres/moças negras na maioria das vezes era nas cerâmicas ou como empregada doméstica. Maria Regina quebrou este paradigma! Foi trabalhar em uma fábrica de costura. Sempre buscando se aperfeiçoar, começou um curso de Atendente de Enfermagem e antes do curso acabar foi chamada para trabalhar no maior hospital da cidade – “Hospital São José”. Setor da Pediatria. Lá permaneceu por quatro anos. Enquanto trabalhava no hospital, Maria Regina Chagas de Souza Vieira cursava o Magistério à noite e quando terminou, fez concurso público Estadual. Aprovada passou a dar aulas de 1ª/4ª série do Ensino Fundamental, começando então sua trajetória como docente em uma Escola Isolada Morro das Palmas, município de Timbé do Sul (CEE/SC, 2022, p. 02).

Como relatou Antônio Reinaldo Agostinho, essa é, parecida com as outras escrevintes, uma mulher negra que também desafiou o *modus vivendi* e buscou colaborar no processo de construção de uma sociedade mais justa e equânime, despida ou desentranhada do racismo estrutural e em suas outras expressões que normalmente permeiam as complexas relações sociais:

Criou e executou diversos projetos sociais/ educacionais na escola envolvendo pais e comunidade – como a “Semana da Família”, Páscoa, Homenagem para as mães, para os pais, Dia do Estudante, etc. Com palestras sobre alcoolismo, relações familiares, pais e escola, etc. Concurso Literário da Biblioteca e outros. [...] Participou de mais de cinquenta Antologias e Coletâneas, escreveu dois livros solo: “ELAS” – Lançado em 2019 e -“Dignidade Adulterada” – A ser lançado Outubro de 2022. É membro fundador da AJEB-SC – Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil-SC; Membro fundador da ASCLA - Academia sul Catarinense de Letras e Artes; Membro Correspondente da UBE RJ- União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro. (CEE/SC, 2022, p. 02).

Dela, outra Maria, mais teremos a oportunidade de conhecer. Conversar com ela, conhecer-lhe as ideias e as histórias é uma maneira de aproximarmos-nos de práticas sócio-educativas desenhadas para o combate ao preconceito de raça e gênero em suas múltiplas expressões.

Supondo que cada categoria seja uma cor de linha, é momento de fortalecer as costuras invisíveis, visíveis e os pontos do avesso. Que os alinhavos se tornem firmes costuras e que cada ponto realizado, os da costura e os da escrita, sejam sinônimo de uma sólida tessitura que traz em sua superfície e para além dela, histórias de resistência, visibilidade e luta. Nas páginas que antecedem esse parágrafo/retalho, há como aquelas amostras que as avós faziam, para guardar os pontos que talvez esquecessem de memória. Nós buscamos gravá-las até aqui para fomentar possíveis diálogos e olhares acerca de mulheres da nossa terra que nem só escreveram, nem só viveram: Escreveram. Nas páginas que seguirão, apresenta-se a análise dos dados empíricos, a pesquisa de campo que compõe esse estudo/colcha.

4 COM QUANTOS RETALHOS SE FAZ UMA COLCHA? COM QUANTAS HISTÓRIAS SE ESCREVE UMA VIDA?

4.1. A INSUBMISSÃO DAS MULHERES E AS RESISTÊNCIAS QUE INSPIRAM

Diz o Michaelis que submissão é o “ato ou efeito de submeter ou submeter-se. 2 Disposição a obedecer ou aceitar o controle de alguém; obediência, subalternidade. 3 Condição de quem se sente obrigado a obedecer a uma regra, autoridade ou aos poderes constituídos; subordinação, sujeição.”

Mas nossas avós e as suas mais velhas, para resgatar esse dizer de tamanha gentileza e que, por si só, já registra - tanto no pronome possessivo quanto na linearidade temporal – a importância do pertencimento e da ancestralidade no processo de construção do sujeito... respire, leitor. Respire. Tome um tempo agora, – à sombra dessa expressão que já passou diante de seus olhos quando lhe contamos de Azânia e quando Azânia contava do livro da escritora Jeruse, de quem é leitora, admiradora, descendente. Respire e pense nos seus. Naqueles que vieram antes de você. Naqueles que contribuíram para que você seja exatamente do jeito que você é. Lembre-se de suas raízes. Não era esse o tema desse retalho/parágrafo, mas a boniteza dessa construção particular é o fato de que os encaixes vão acontecendo enquanto se costura/escreve. Até porque se um texto que trata da historicidade presente em nós e do quanto dela nos fortalece ou limita (limita acesso e possibilidades), se esse texto não fizer o leitor pensar em sua própria trajetória, em sua própria história de vida, o texto foi escrito errado.

De novo: mas nossas avós e suas mais velhas nos ensinaram que ser obediente é ser bom. Assim elas aprenderam e nem sempre com amor. Nem sempre por meio das palavras. Na verdade, obedecer tem sido, por muito tempo, sinônimo de sobreviver, de manter-se agarrado a quantos fios de vida puder. Não significa necessariamente viver, é importante que se diga.

Nesse instante paira em meus olhos a história das insubmissas lágrimas de Lia Gabriel (Conceição, 2016, p. 61), e suas filhas que choravam a tristeza de não poder ajudar o menininho chicoteado nu, no colo de sua mãe nua, pelo pai que lhes despiu de dignidade e respeito. Mais tarde, a partir dos surtos esquizofrênicos do menino, é que Lia descobriu que seu filho dizia – em transe – que queria matar o

monstro... o monstro que chicoteara a sua mãe e a si mesmo, quando ele não tinha forças para revidar.

O medo, o terror, a truculência e a brutalidade são elementos que já se comprovaram eficazes aliados para incentivar a submissão, a obediência e o reforço das repetições de ideias, ações e comportamentos esperados.

Submeter-se à parte de vida que é atirada aos nossos pés, para que seguremos o que couber em nossas mãos é uma atividade para a qual somos treinadas, há muito tempo. Nós, mulheres, aceitamos o pouco afeto, as poucas oportunidades de emprego, as poucas condições de uma vida digna, a pouca felicidade e a pouca paz, porque é isso que aprendemos a fazer (para manter o coração bombeando sangue): obedecer, calar, aceitar, nos submeter... Até que não aceitamos mais.

É essa a história de Shirley Paixão (Conceição, 2016, p. 21), uma das mulheres cujas histórias estão contadas por Evaristo. Sua filha, Seni, estudou, tornou-se médica (e pediatra), como conta orgulhosa. Das dores e das lágrimas que carrega, há em seu discurso a sua única reação possível ao perceber que a pequena era vítima da lascívia do pai. Cortou-o e, ao fazê-lo, rompeu um ciclo de abuso e silêncio para as suas outras filhas.

Todavia, importa lembrar que essa ruptura não é pacífica, nem é bem aceita, nem é bem-vista. A insubmissão tem um preço. A história é a memória de que romper o ciclo de aprisionamento não ocorre sob concordância de quem obtém algum tipo de benefício com o *status quo* em todas as esferas que compõem a sociedade.

As leis antirracistas, tanto as que criminalizam os atos racistas quanto as que normatizam a necessidade de a educação comprometer-se solidamente, de maneira efetiva e eficaz, nesse processo de mudar os princípios de formação humana, criando ações pedagógicas, didáticas, educativas na escola, e que reverberem nos espaços outros da sociedade no sentido de combater o racismo e o preconceito de gênero: essas leis não foram pensadas e nem sonhadas pela grande maioria da branquitude. Não foi uma alma benevolente e gentil de pele alva que romanticamente decidiu que era momento de assegurar o direito à dignidade humana, independentemente de raça ou gênero. As pessoas negras decidiram insurgir, não se submeter mais, fazer da insubmissão uma porta possível para algo além da sobrevivência. A companheira da insubmissão é a luta, não o pacífico assentir.

Nas próximas linhas, vai-se bordando a história de uma mulher negra que prevaleceu, que saiu dos trilhos, que pensou outros caminhos possíveis e que experienciou o que antes era uma conduta naturalizada e agora é crime: o racismo. Nasceu Maria Regina, e herdou os sobrenomes Chagas e Souza, dos pais Santina Chagas de Souza e Fernando de Souza. Do Marido, carrega o sobrenome Vieira. É, pois, Maria Regina Chagas de Souza Vieira.

Nascida em 1961, em nosso estado vizinho, a gaúcha Maria veio para Santa Catarina com 4 anos, órfã de mãe. Criada pelo tio materno, era a mais nova filha, em uma família com seis irmãos. Em suas palavras,

...Quando eu tinha quatro anos, o meu tio, irmão da minha mãe, me trouxe para morar com eles em Criciúma, Santa Catarina. Meus irmãos permaneceram lá, eles eram adultos. Tinha uma outra irmã, que devia ter uns dezoito, dezenove anos, não lembro bem pois era pequena, que também ficou por lá. Raramente vinham me visitar. E hoje perdi o contato com meus irmãos. A que mais possuía contato era com minha irmã, porém veio a falecer durante a pandemia. Fui sabedora que meu irmão mais velho já havia falecido antes dela. Parece que eu tenho um irmão vivo lá em Porto Alegre, mas, não temos contato.

A separação tal como contada pela entrevistada não é um fato isolado na vida de crianças que perdiam um ou os dois pais, em pequenas, nas décadas passadas. A adoção por um familiar próximo era comum, sendo que irmãos extraviados passavam a compor suas novas famílias como “criados”, não sendo escravos, nem filhos, nem trabalhadores, posto não receberem salário algum. Assim, habitavam um limbo institucional imaginário em que faziam parte de uma família que não era legitimamente sua e à qual não pertenciam inteiramente, mas era a família possível, diante da realidade que compunham.

As circunstâncias dessa criação, entretanto, diferenciavam conforme cada realidade. Havia as crianças que eram criadas por outras famílias em um sistema de “empréstimo”, para que retornassem ou seguissem suas vidas, na adultice, mantendo os laços com a família de sangue. Esses, participavam do seio familiar sem dele fazer parte, legalmente e, na verdade, realizavam os trabalhos inerentes à dinâmica familiar, limpando, cozinhando, fazendo reparos ou trabalhando a terra e com o gado, aliviando a carga de trabalho dos “filhos legítimos”. Mas havia aqueles que se perdiam dos seus, nunca mais deles sabendo notícias. É o caso de Maria, que diz: *“Meu pai, depois que eu saí de lá, não tive mais contato. Não sei nada dele.”*

Todavia, na atualidade, o sistema judiciário representa um elemento importante na direção da preservação da memória familiar e do contato entre irmãos, atribuindo um sentido diferente à adoção e às relações entre aqueles que, em outros tempos, teriam parte da própria história apagada ou perdida nas memórias de pessoas que jamais veriam.

Conforme enfatiza Souza (2018),

A legislação prevê que os irmãos cadastrados para adoção sejam preferencialmente acolhidos em conjunto, e a eventual separação deverá ter uma justificativa fundamentada. A intenção do legislador é garantir a proteção dos laços fraternos, sobretudo devido à ruptura dos vínculos com os pais biológicos, e com isso minorar o sofrimento emocional decorrente do abandono. No caso de irmãos em regime de acolhimento institucional, é natural que se crie entre eles, na maioria dos casos, uma mutualidade protetiva, em especial dos mais velhos em relação aos mais novos. Na hipótese de o magistrado autorizar a separação dos irmãos, a recomendação da Lei é no sentido de se tentar manter, mesmo após a adoção, os laços de fraternidade. Se a separação entre pais e filhos é um processo que impinge elevada dor e sofrimento, igualmente o é a separação entre irmãos que usufruam de afinidade e cumplicidade emocional (Souza, 2018, p.04).

A narrativa de Maria dá uma pista do hiato entre morar com a família e ser da família: Em suas palavras, “*como mencionei, eu fui adotada por um irmão da minha mãe, quando tinha quatro anos e fiquei morando com essa família, até que eu me casar, aos 27 anos.*” Maria Regina casou-se e tornou-se mãe de dois filhos.

Parecida com Maria é a história de Rose Dusreis, (Conceição, 2016), quando narra a separação de si e de suas irmãs, quando da morte de seu pai:

Com a morte de meu pai, só restou o trabalho de minha mãe, cujo ganho tornou-se insuficiente. Uma das patroas dela sugeriu que nós, meninas, poderíamos ser repartidas, a começar por minha irmã mais velha, aos onze anos ela poderia trabalhar de babá. Tenho nítida na lembrança a imagem de minha irmã indo com essa moça. Mamãe e nós todas chorávamos copiosamente, mesmo com a promessa de que de tempos em tempos, Adiná viria em casa nos visitar. Foi ainda naquele tempo que descobri que a saudade é também uma dor física. De noite, a ausência do corpo de minha irmã, que dormia comigo na mesma cama, deixava um vazio sobre o nosso magro colchão de capim, que doía em mim toda, confundindo com uma sensação de frio. Meses depois, seria eu a desgarrada da família (Conceição, 2016, p.70).

Há a história de uma outra Maria, a do Rosário Imaculada dos Santos (Conceição, 2016, p. 28) que, segundo ela, de Imaculada só tinha o nome. Se fechar os olhos, consigo imaginar a poeira levantada por um carro solitário dando voltinhas com crianças em um lugar ermo e interiorano com o nome meio poético como “Flor

de mim” e, em algum momento, lançar uma das crianças pela porta do carro, raptando a menina para um destino que não queriam compartilhar, roubando-a da própria história de vida, lançando-a em um espaço de deslembanças que só foi ocupado muitos anos depois, quando abraçou sua irmã:

Quando acordei do desmaio, a moça do relato segurava a minha mão; não foi preciso dizer mais nada. A nossa voz irmanada no sofrimento e no real parentesco falou por nós. Reconhecemo-nos. Eu não era mais a desaparecida. E Flor de Mim estava em mim, apesar de tudo. Sobrevivemos, eu e os meus. Desde sempre (Conceição, 2016, p. 35).

Assim, que foi morar para longe da família e foi desaparecida de si e para os seus por um longo tempo. Essa Maria, a exemplo de Maria Regina, também estudou bastante e via nesses estudos a possibilidade de uma liberdade que só conhecia de nome e ideia. As pessoas ganham dores à medida em que vivem que escondem bem nas profundezas de seus corações. Por vezes, essas tristezas transbordam e se comunicam esvaindo pelos olhos ou afixando-se em alguma folha de papel em forma de palavras.

Sobre sua formação acadêmica, é graduada e pós-graduada em Letras, tendo se aposentado como professora da Rede Estadual de Ensino no ano de 2013. Como referências literárias, cita Machado de Assis, Caio Fernando de Abreu, Lima Barreto, Cruz e Souza, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez e Bell Hooks. Referências de compromisso com uma sociedade equânime, justa e humanizada.

A primeira pergunta direcionada à professora Maria Regina a instigava a dizer de si, enquanto contadora da própria história: Indagamos: “Professora Maria Regina, considerando que você é, por essência, contadora de histórias, escritora, como você contaria pra mim a história da sua vida? Quem é a pessoa que constitui sua escrita?” Ao que a entrevistada respondeu evidenciando uma infância solitária do convívio com outras crianças em ambientes informais, mas com acesso aos seus pares por frequentar uma escola mesmo antes de ser matriculada na mesma. Importa lembrar ao leitor que as histórias trazidas e as mulheres cujas escrituras foram registradas aqui tem em comum um estreito laço construído com a Educação, com a Escola, com o Estudo. Como ela declarou:

Vim para Criciúma com quatro anos, após o falecimento de minha mãe, para morar com a família do meu tio. Mas quem me criou foi a minha tia, e esposa dele. Enfim, acredito que eu tive uma infância boa. A minha tia era bem rígida comigo, ela só deixava sair no domingo à tarde, não brincava com as outras crianças na rua muito tempo, digamos que era meio “dentro do cercado e escola”. A minha tia era servente de escola Heriberto Ilse e ali trabalhou por muitos anos, então eu me criei praticamente dentro de escola. Estudei nessa mesma escola da primeira até a oitava série. Lembro que com seis anos eu já ia para escola com minha tia. E aí eu fiquei “encostada”, como se dizia antigamente, na sala da professora Sra. Carmen. Então eu já me alfabetizei aos seis anos. Depois com a idade correta fui matriculada e frequentei o primeiro ano novamente. No primeiro ano minha professora foi a Sra. Maria Zélia Pacheco. Professora essa que tive o prazer de reencontrar depois de adulta. Na escola eu ia muito bem. Aprendi a ler cedo. Como disse, a minha tia era um pouco rígida eu só brincava um pouquinho com as outras crianças da comunidade, do bairro Próspera, onde morávamos. E o mais era dentro de casa e escola (Maria Regina).

Que a leitura do mundo de quem lê já lhe permita saber que quando Maria diz que a tia era “um pouco rígida” ela contava de uma rotina que lhe era imposta e que, via de regra, reduzia o tempo de brinquedos e brincadeiras a pouquíssimo e apresentava precocemente o mundo da produtividade, do trabalho – muitas vezes não remunerado – à criança. Isso é observado na narrativa de Maria: “Eu ajudava a tia varrer as salas de aula na escola, após meu horário de aula até irmos para casa.”

É importante retornar à gratidão embutida na fala de Maria Regina, lá na terceira linha da transcrição anterior. Que o leitor volte a página ou acredite nessa que escreve... ela diz ter tido “uma infância boa”. É como dizer a quem lê que foi bem-aventurada por ter sido acolhida por seu tio e por ter sido criada pela tia. Entretanto, quando questionada por algum fato positivo ou negativo que tivesse marcado sua infância, representando alegria ou tristeza, ela conta:

Lembro de muitos momentos, mas tinha uma questão que me angustiava muito, pois meu tio, às vezes, bebia. Então ele e a minha tia brigavam e essas discussões eram um pouco complicadas, angustiantes. Tinha um primo que era da mesma idade, filho dos meus tios. Presenciamos algumas brigas do casal devido ao alcoolismo (Maria Regina).

Poder-se-ia dizer que é curioso que as memórias alegres e tristes de Maria se entrecruzem, tanto na escola, como na vida para além dela. Mas seria ignorar as muitas cores que compõem essa linda e terrível colcha de retalhos que é a vida. Questionamos sobre o revisitar as memórias da infância e adolescência nos ambientes escolares e, delas, quais seriam marcantes elementos da sua vida estudantil, o que havia marcado sua vida. Maria contou de seu sucesso escolar e que

esse foi um fator diferencial no sentido de ser aceita pelo grupo, de tornar-se legitimamente pertencente à classe. Porém, contou com uma voz que morava em algum lugar entre o conformar-se e o saber da injustiça que viveu:

Na escola eu era aceita pelos colegas pelo fato de me destacar nas atividades escolares, como leitura e redações, para mim naquela idade tudo era normal, não tinha essa percepção que tenho hoje. Às vezes, lembro de algum acontecimento que me entristecia, por exemplo, eu sempre usava tranças no cabelo e os meninos corriam e puxavam a trança do meu cabelo e isso me deixava chateada, pois muitas vezes caía o amarrador e meu cabelo ficava bagunçado, alguns também me chamavam de nega. As professoras eram todas boas, porque a minha tia era servente da escola, então elas tinham um pouco mais de cuidado. Em uma época... eu não consigo lembrar que professora era, nem a série. Eu me lembro muito de um episódio... Minha professora mandou-me sentar sozinha, numa carteira. Porque, naquela época, as carteiras tinham dois lugares e na sala havia alguns meninos que bagunçavam ou conversavam demais e ela falava que se eles não ficassem quietos iam para o castigo e o castigo era sentar ao meu lado na carteira, sentar ao lado de uma menina e negra (Maria Regina).

Desse sensível trecho/retalho da entrevista, ao menos três elementos precisam de um olhar mais demorado, tanto de quem escreve, como de quem lê. O primeiro, é a questão de que o cabelo de Maria não ficava “bagunçado”, o segundo é que a postura das professoras mudava porque Maria tinha procedência conhecida e o terceiro é só um pedido para que o leitor leia e sinta as cinco últimas linhas que costuram esse parágrafo no relato de Maria Regina.

Ainda que um pouco, a história de Maria se parece com a história da bonequinha preta que foi ela mesma em uma apresentação de balé, mesmo que sua professora lhe tenha dito anteriormente que ela não tinha “corpo para a dança”. Rose Dusreis (Conceição, 2016);

Eu queria dançar, eu queria dançar... Uma das professoras organizadoras da festa final me chamou e me perguntou se eu queria encarnar o papel de uma bonequinha preta que cantava e dançava. Dançando, representaria uma personagem de uma história infantil, muito conhecida na época. Feliz, já naquele momento, encarnei o meu papel. Eu era eu mesma, a bonequinha preta. Os ensaios eram feitos no pátio da escola, depois da aula. Ganhei a assistência do público irrequieto que deixou de assistir às aulas de balé da professora Atília Lessa, para me aplaudir desde os ensaios. Confiantemente eu dava os primeiros passos de exibição para uma plateia. Um dia, a própria professora Atília Bessa veio assistir aos ensaios, que estavam sob o encargo de outra professora, e elogiou o meu desempenho, dizendo que eu tinha muito jeito para dança. Esperançosa, aguardei que ela me convidasse para ser sua aluna no balé. Aguardei não só o convite dela, mas a oportunidade de ser a bonequinha negra. E ainda esperei, também, alguma explicação sobre as razões da troca por outra menina. Aguardei o porquê da minha substituição, já na semana da festa, quando uma menina branca, pintada de preto, no meu lugar, fingiu ser a bonequinha negra que eu era. Mas nem as

dores, as violências sofridas nessa época de infância, cuja compreensão me fugia, tiveram a força de me fazer desistir (Conceição, 2016, p. 70).

Antes que o leitor pense em comoção, importa dizer que não se fala em comover, mas em mover. Se Maria ainda sente o preconceito mesmo já tendo conquistado o seu direito de Ter o mundo e de Ser quem é, o movimento ainda está insuficiente para quem caminha nessa direção.

Das memórias alegres de Maria, materializa-se uma memória da escola. Além de sentir-se segura no ambiente escolar, estudando ou dividindo uma tarefa com sua tia – o varrer as salas de aula -, Maria Regina, descobriu-se escritora ainda na infância:

Algo que me recordo muito é ter muita facilidade em redação, escrever textos, desde pequena. Meu professor o Sr. Dilney sempre solicitava escrita de redações na disciplina de Língua Portuguesa e Técnicas Comerciais e meus textos sempre retornavam com boas notas (Maria Regina).

Ao perguntar à Maria sobre quem seria a Maria Regina na atualidade, quem seria a pessoa que constituiria a escritora, Maria Regina se definiu em texto encharcado de poesia, luta, insubmissão e esperança. Um elemento muito presente no discurso de Maria Regina é o saber-se mais, perceber-se com um potencial incoerente com as atividades até então realizadas, saber-se maior do que o ambiente que a ela era destinado e, ainda assim, ser assaltada pela incerteza de um lugar que não era legitimamente seu:

Sou uma pessoa de bem com a vida. Tenho traços marcantes da minha mãe e da minha tia. Sou tranquila, gosto de ler, escrever e penso o quanto sou grata por ter conseguido estudar, eu nem imaginava que ia estar nesse lugar. Sempre acreditei no meu potencial, porém minha situação de vida me deixava pensativa e acuada. Hoje sou uma professora e escritora negra realizada, porém sempre em luta por ocupar um lugar na sociedade. E dentre meus irmãos de sangue e meus primos, que também são considerados irmãos, eu fui a única que consegui ter curso superior. Para conseguir estudar e me manter, trabalhei em uma fábrica de costura (meio período) desde os 15 anos, pois a esposa do meu primo trabalhava lá e fui também. Comecei tirando fio, abrir, costura de calça, mas eu sempre saía insatisfeita da fábrica. Eu detestava aquele cheiro de tecido e percebi que tinha potencial para algo melhor, aprender nunca foi um obstáculo para mim. Insisti à costureira para me deixar ir para a máquina na hora do intervalo aprender a costurar. Depois de muito insistir ela permitiu, porém sempre repetia: “Se quebrar a agulha irei descontar de seu salário”. Em pouco tempo aprendi a fazer costura reta. E a Sra. Custódia, ao perceber minha rápida evolução, colocou-me na máquina de costura. Algum tempo depois, mudou o dono da fábrica e decidi que ali não iria ficar mais, porém precisava continuar trabalhando e minha tia não deixava estudar a noite antes dos 18 anos. Felizmente um amigo da

família tinha um despachante e conversou com minha tia para que eu passasse a trabalhar com ele. Minha função era organizar o escritório e levar as carteiras de motoristas no Hospital São José para os médicos assinarem e, em uma das idas ao Hospital encontrei um panfleto de um curso de atendente de enfermagem. Ao ler, meus olhos brilharam, ser atendente de enfermagem e ainda receber o almoço? Era uma grande oportunidade. Levei o panfleto escondidinho na bolsa e ao chegar em casa conversei com minha tia, porém um grande detalhe.... ela não tinha como me pagar a passagem de casa até o hospital. Pensei, mas não desisti, ia dar um jeito. Comecei a fazer o curso e depois de três meses a irmã (chefe da ala de enfermagem) me chamou para trabalhar de atendente de enfermagem onde permaneci por quatro anos. Meu sonho era fazer o curso de auxiliar de enfermagem, para usar jaleco branco, pois o meu e o meu jaleco era azul. Mas por enquanto continuava de atendente: eu levava as crianças no pronto-socorro para consulta, atendendo mais a parte infantil. Ao completar 18 anos minha tia me autorizou estudar no horário noturno pois disse que já sabia me cuidar. Voltei para o colégio e fiz o Ensino Médio (Magistério). Assim que terminei o Magistério saiu concurso para o estado para professor de primeiro ao quarto ano. Fiz o concurso e fui aprovada. Sai do hospital para assumir a vaga de professora em Timbé do Sul. Minha tia e uma senhora que tinha uns parentes na região foram comigo até a cidade para me ajudar, arrumar uma pensão... Minha escola ficava em um morro e nessa época havia dado uma enchente que tinha levado a ponte e precisei atravessar em cima de um caminhão caçamba para apresentar-me na escola. Era um caminho ruim até a escola, minha tia aconselhou-me a desistir, mas eu estava certa que deveria assumir essa vaga de qualquer forma, era uma grande oportunidade e assim fiz. A escola ficava em um morro chamado Morro das Palmas, fiquei ali por um ano e fui removida para o município de Içara. E diante desse processo, precisei trancar a faculdade devido ter que estar em outra cidade. Após um tempo na cidade de Içara, a professora Rosária, que me conhecia desde criança conversou com um conhecido dela e consegui minha transferência para a escola da Mina do Mato, onde continuei lecionando para alunos do Ensino Fundamental. Retornei a faculdade e após formada realizei outro concurso, agora para Língua Portuguesa e realizei minha nova efetivação, como professora de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, onde permaneci até minha aposentadoria em 2013. E foi a partir dessa data que iniciei minha vida de escritora, pois a escrita estava em mim desde muito cedo, é uma ação que me dá prazer, que amo (Maria Regina).

Alguns elementos merecem destaque na narrativa de Maria Regina: a sua insatisfação com as probabilidades já determinadas a ela por sua condição atual... Sugere-se que o leitor respire fundo e, ao fechar os olhos, lembre-se da narrativa de Chimamanda, quando disse que pareceu não ser possível à sua colega de quarto que “gente parecida com ela” pudesse ser quem era, saber o que sabia, Ter a vida que Tinha. O ter a vida é mais relacionado às escolhas do que às posses. Que isso seja “redito”: O ter a vida é mais relacionado à possibilidade de ter escolhas do que de ter coisas. Despossuir essa condição de saber de si e dos caminhos que poderá querer seguir, não obstante gênero, raça ou cor, é desumanizar-se e perceber-se na condição de sub-humanos, em um estranho imposto estado de sobrevivência. É mais ou menos o que aconteceu à catarinense primeira a ser citada no segundo capítulo/retalho dessa dissertação/colcha: Antonieta era filha de uma mulher

escravizada e também saiu dos trilhos... Costurou para si outros caminhos possíveis. Tornou-se memória, à exemplo de outras suas, mas uma memória de alcance não pensado ou planejado por ela e que extrapolou suas conhecidas, tornando-se inspiração para as suas contemporâneas e aquelas que vieram e virão depois dela. Ousou estudar. Ousou sonhar e esperar.

Evaristo conta a história de Mary Benedita, que a exemplo de tantas mulheres que compuseram essa colcha/dissertação, foi salva por outra mulher. Aurora (tia de Mary) a acolheu ainda menina, para que pudesse estudar. Constituiu-se artista que correu o mundo e foi com a sua essência de mulher que se fez arte, uma arte de sangue. Muitas mulheres, a exemplo da menininha que esperneou para morar com a tia porque via mais possibilidades de ser quem era, conhecer o mundo, do que com os pais, também buscam por seguir, não obstante os não que escutam, pelo caminho.

My sister, quem tem os olhos fundos, começa a chorar cedo e madruga antes do sol para secar sozinha as lágrimas. Por isso, minha urgência em deixar o meu relato. Gosto de madrugar, de ser a primeira. Nada me garante que a espera pode me conduzir ao que quero. Na espera, temo que os dias me vazem entre os dedos. Só quem tem ia mini, primeiramente em si mesmo, se lança pelos caminhos do mundo. Digo mesmo que o tempo é curto, por isso, desde menina, sempre corri. Corria pelo caminho, quando ia para a escola. Correndo, entrava esbaforida pela igreja adentro, assustando o padre e envergonhando a família. Corria, sem motivo aparente algum, pelo chão de nosso sítio. Escalava e descia as montanhas próximas de minha casa, imprimindo urgência a cada passo, como se tudo fosse fugir sob os meus pés (Conceição, 2016, p. 45).

A Maria cuja história aqui estamos bordando foi adiante. Entretanto, até certo ponto. Dos pontos de suas costuras até os pontos finais de seus livros houve uma vida inteira de distância. A menina que se reconheceu escritora ainda na sua mais tenra idade só pode ser quem nasceu para ser, para atribuir uma linguagem poética ao que se diz, quando cumpriu suas obrigações profissionais com a sociedade, aposentando-se e, na sequência, tornando-se oficialmente a escritora que sempre soube que era: *“A aposentadoria foi a minha alforria. Agora irei escrever, fazer o que tenho paixão. E a partir daí escrevi e publiquei meus dois amados livros, um intitulado “ELAS” e o segundo intitulado “DIGNIDADE ADULTERADA” (Maria Regina).*

Afora a quase (na falta de uma palavra melhor), “campesina” poesia presente nessa narrativa que mais parece um romance com uma protagonista e um antagonista coletivo, importa dizer que a sociedade teve um papel crucial no processo

de sufocamento e apagamento, não de Maria Regina, mas de seu porvir. Ao invés de campesina, o que se queria dizer é que parece que não estamos contando uma história marcada por provações e privações. Parece que só a Maria poderia viver essa história e prevalecer. Mas não é essa a mensagem que se quer deixar costurada no texto. Há tantas Marias no mundo. Marias da Ilha e do continente e que, mesmo estando no mundo, parecem não pertencer a ele e às suas ruas principais. Ficam, assim, buscando cantos, carreiros, vielas e rachaduras em meio à selva de pedra, para mesmo em solo estéril, florescer. Além delas, as Carolinas, as Conceições, as Antonietas e as Catarinas... as que vieram antes delas e serviram de alicerce e esteio, de suporte e segurança... O costurar é, por essência uma atividade realizada em duas dimensões, assim como é viver. Há a parte que só é feita por aquela que costura e há aquela que só é feita porque ninguém costura sozinho.

Essa tentativa instintiva de sobrevivência à miséria de uma existência não desejada nem acolhida pode trazer à lembrança de quem lê a história de Natalina Soledad, nascida Troço leia e que, vítima do próprio nome, decidiu reinventar-se e tornar-se a mesma e, ainda assim, outra mulher.

Natalina Soledad, a mulher que havia criado o seu próprio nome, provocou o meu desejo de escuta, justamente pelo fato dela ter conseguido se autoneamar. Depois de petições e justificativas, ela conseguira se desfazer do nome anterior, aquele do batismo e do registro, para conceber um outro nome para si. Mudança aceita pelas autoridades do cartório da pequena cidade em que ela morava. (...) Natalina Soledad, tendo nascido mulher, a sétima, depois dos seis filhos homens, não foi bem recebida pelo pai e não encontrou acolhida no colo da mãe. O homem, garboso de sua masculinidade, que, a seu ver, ficava comprovada a cada filho homem nascido, ficou decepcionado quando lhe deram a notícia de que o seu sétimo rebento era uma menina (Conceição, 2016, p. 14).

Natalina encontrou alento entre os livros, as leituras, o universo do conhecimento e, sozinha, vestiu-se de coragem e força. E o que a possibilitou mudar de vida – escrevendo para si uma nova história – não foi apenas o subjetivo ler que pauta muitos discursos sobre o empoderamento que decorre do saber. Foi justamente a informação específica dos aspectos legais das possibilidades de poder trocar de nome. “Em suas leituras, das mais diversas, entendia que o direito que ela havia desejado desde criança, na prática, existia. Aos dezoito anos — dizia para ela mesma — toda pessoa, vítima de seu próprio nome, pode trocá-lo” (Conceição, 2016, p. 15).

Quando questionamos à Maria sobre o processo de publicação dos seus livros, Maria Regina contou que foi esse um processo solitário. “*Paguei para fazer as*

publicações, não tive apoio de ninguém ou de alguma instituição. Foi na garra e coragem.” A pergunta que se seguiu fazia referência a sua participação em associações de escritores, academia de Letras do município e Maria contou-nos que não se sente pertencente, que nunca foi convidada. Disse ela (Maria Regina).

No momento não faço parte da Academia de Letras do município de Criciúma, sinto que os integrantes possuem preferências e nunca fui convidada, não sei se minha cor interfere nesse convite. Muitas pessoas já me disseram que era pra eu estar na academia da cidade, não sei se é racismo. Não sei se... O certo é que nunca fui convidada (Maria Regina).

Nesse trecho da entrevista e dos registros narrativos, à minha memória a ausência e o não-reconhecimento do que já foi realizado, do que já se deu como acontecido, das histórias que poderiam (e podem) inspirar outras mulheres, outras vidas, em cantos diferentes do mundo. Exemplo dessa situação é o apagamento e o “esquecimento” da história de Antonieta de Barros que apenas recentemente teve imagens de si postas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O que se quer chamar atenção do leitor é que, mesmo quando não há dúvidas, quando a história já é uma história de sucesso, mesmo assim, há quem escolha virar o rosto para outro lado, calar-se ou fechar os ouvidos. A invisibilidade das mulheres negras escritoras mesmo quando já percorreram longos caminhos de superação e mais que percorrer, construíram esses caminhos, não é um fato isolado. Como afirma enfática, quando questionada como é ser mulher escritora negra em nossa sociedade, como ela se conheceria e reconheceria nos espaços que a constituiriam, como seria ser uma mulher negra escritora dentro da sociedade, ela apenas afirmou:

Eu acho que eu sou meio invisível ainda. (...) A sociedade ainda possui muitos traços preconceituosos. Muitas vezes percebo que sou colocada de lado, porque tem uma mulher branca que interessa mais, a escrita pode não ser tão boa quanto a minha, mas ela “predomina” (Maria Regina).

A entrevistada contou da concorrência desleal e infundada e completamente injusta, de modo que em caso de competição, não é o texto escrito e sua qualidade literária que representam ganhar ou perder. Quem nasce negro já nasce perdendo. Quando questionada sobre possíveis mudanças com o passar do tempo e se ela ainda percebia que o preconceito e o racismo estavam iguais há anos atrás, afirmou:

“Percebo que nem todas as pessoas se educaram, não amadureceram pra isso. Se há duas escritoras mulheres, a preferência é para a branca. Na Academia, por exemplo, na minha cidade é capaz de convidar para fazer parte uma pessoa que possui poucos escritos, mas não abre suas portas para uma pessoa negra” (Maria Regina)

Ao questionarmos sobre o lugar de fala de Maria Regina, e que mensagem gostaria passar para o mundo através das suas obras, ela reflete sobre o conflito de interesses em uma batalha entre a alienação e o livre pensar, entre o aprisionamento e a liberdade. Refere-se às questões políticas e à escola como importante elemento de combate a essas práticas que mantém os processos de exploração do outro. O estudo, a leitura, o aprendizado, o conhecimento, para Maria, são possibilidades de transformação social a partir da transformação e evolução do próprio sujeito.

O mundo poderia ser bem melhor se houvesse menos ignorância, desrespeito. Porque pra mim parece que por um lado tem pessoas que trabalham para que as pessoas evoluam. E tem um outro que trabalha, que é a questão política, né? Social. Que trabalha para que as pessoas se mantenham ignorantes, para poder em ser manipuladas e permanecer na ignorância. Isso me deixa bem triste. Eu acho que o livro é uma maneira de combate, mas também não existe aquela busca e acesso a leitura por muitos. Desejo que exista um incentivo para que todas as pessoas possam alimentar-se de leitura e conhecimento. Acredito que todos sabem que se as pessoas se põem a ler, se as pessoas abrirem os olhos, culturalmente falando, o negócio vai mudar de figura. Então sempre procuro escrever e abrir os olhos das pessoas, para ficarem mais conscientes. Eu ainda falo assim, a gente lê livros, a gente lê olhares, a gente lê atitudes. Tudo isso é passivo de leitura (Maria Regina).

Logo na sequência, por estarmos conversando sobre a possibilidade de uma escola transformadora, solicitamos que a professora descrevesse seu percurso formativo aliado a sua profissão, que contasse como percebia os impactos da Lei 10.639 e das diretrizes para o Ensino Étnico Racial na escola, no cotidiano da sociedade. Ainda, questionamos de que maneira ela percebia o preparo docente para trabalhar tema com os estudantes nas disciplinas de arte e literatura, oportunizando uma reflexão sobre a (não) materialização da Lei nas escolas.

Percebo que ainda após 21 anos de a Lei ser sancionada, não há um efetivo trabalho com os estudantes, pois a grande maioria dos professores não possui uma preparação ou formação continuada para terem sucesso em suas aulas. Todas as atividades se resumem ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro), sendo que tais ações devem permear todo cotidiano escolar. Na universidade, em cursos tais como pedagogia, letras, história, artes visuais estuda-se um pouco sobre o assunto, mas nada tão aprofundado. O governo ou a rede municipal, se o professor é da rede municipal, precisa fornecer mais formações continuadas, mais cursos, pra que o professor tenha mais

conhecimento e consiga trabalhar em sala de aula. E outra coisa que eu observo, assim, agora que eu estou do lado de fora, talvez também tenha acontecido comigo: o professor lê muito pouco infelizmente, falta leitura, conhecimento científico (Maria Regina).

Outra pergunta feita para a professora Maria Regina fazia referência ao modo como ela percebia a própria escrita no processo de combate ao racismo. A escritora respondeu que seria justamente esse o objetivo dela, contribuir para a luta antirracista. Como ela descreve,

Na primeira obra eu foco nas situações sobre a mulher, situações que não podemos mais aceitar, permitir acontecer na vivência feminina. A segunda obra é mais voltada para contos que mexem com questões abolicionistas, onde cada conto eu remeto o leitor a uma reflexão sobre o que pode ocorrer com uma mulher negra na sociedade. Para escrevê-los eu tomo alguns fatos reais e crio o conto, alguma situação que vivenciei ou que observei servem de inspiração para minha escrita. Muitos deles refletem minha vida de infância, perda da presença materna, solidão, hábitos, crenças, antepassados (Maria Regina).

Nessa altura das costuras/reflexões, é imprescindível resgatar mais uma vez à memória do leitor o conceito de escrevivências de Conceição. Maria Regina transbordou de si para o papel as histórias inúmeras que a constituíram, moldaram, marcaram, emocionaram. As escrevivências que partilha com seus leitores são tanto narrativas que desenrolam os fios da memória para entender-se, compreender-se, posicionar-se diante do mundo, como disponibilizam essas cores ao leitor que pode, inclusive, sensibilizar-se e modificar-se a partir delas. Essa é, segundo suas palavras, uma de suas mais firmes intenções de escrita:

(Escrevo) para as mulheres, eu quero que as mulheres saiam desse lugar que a sociedade muitas vezes a coloca, de ser menor, de ser menos inteligente, de ganhar menos. Escrevo para que as mulheres tenham voz e saber que possuem grande poder, que elas têm espaço (Maria Regina).

Como bem diz a personagem Rose Dusreis, de Evaristo (Conceição 2016, p. 73),

Falar me cansa, andar me cansa, dormir me cansa, quase tudo me cansa... Dizem que algumas pessoas escrevem para não morrer, outras pintam, algumas representam, e há também as que cantam, as que tocam instrumentos, as que bordam... Eu danço (Conceição, 2016, p.73).

Rose dançava e Maria escreve: ao ser questionada sobre as razões que a fizeram definir o público feminino como possibilidade de leitura, ela afirma, apresentando essa concepção de escrever de si e tomar para si esse compromisso social e ético de olhar para o entorno e, pertencendo a ele e dele sendo dona, modificá-lo:

Olha, eu acho que é por tudo que passei em minha vida. Desde a minha mãe, que foi uma guerreira do jeito que ela pôde, com o que ela tinha. Travou diálogos fortes com meu avô que era muito machista, mandão. Pela minha avó que pude conhecer somente aos nove anos, lembro dela com seu olhar tranquilo e cabelo branquinho que destacava ainda mais sua pele negra. E a minha tia que me criou, mulher forte, batalhadora que cuidava dos seus e abriu seu coração para me acolher também. Eu não consigo fugir desse tema. Estou pensando em uma próxima publicação, gostaria de escrever um romance, onde pretendo ter duas mulheres como personagem principal, uma negra e uma branca, vamos ver...estou articulando as ideias. Enfim, penso sempre que nós mulheres temos o poder de mudar o mundo (Maria Regina).

Por fim, questionamos Maria Regina a respeito de como ela se reconhecia em meio ao discurso das questões de gênero, raça e poder de consumo. Como ela, Maria Regina, professora, escritora, se percebia hoje no mundo. Maria contou de umas lágrimas teimosas que vez ou outra teimam em cair. Dessas lágrimas insubmissas que moram ou se escondem por de trás dos olhares de tantas outras Marias que vão caminhando enquanto constroem o próprio caminho, pavimentando espaços para aquelas que virão depois delas.

Vejo-me como uma pessoa que pode mudar muitos pensamentos através da escrita, mostrar as demais mulheres que devem ter voz nos espaços de poder e tomada de decisões. Porém, as vezes, sinto uma tristeza, choro, parece que minha luta é solitária, mas olho ao meu redor, recebo incentivo do meu esposo e sigo em frente (Maria Regina).

Mesmo contando da tristeza que sente e da solidão que entrecruza seus dias, ao dizer que tipo de memória gostaria de ser quando se fala de mulher negra que escreve livros, nem demora ao decretar: *“Eu gostaria de contribuir com algo que fizesse a diferença na vida de algumas pessoas. Dessas meninas que estão vindo, gostaria que minha história de vida, minha escrita de luta servisse que exemplo para elas” (Maria Regina).*

A escrita de luta de Maria Regina se entrelaça com as escritas, as escritas de vida e luta das outras mulheres que costuraram essa dissertação/colcha, como essas tramas bem feitas dos bordados das avós, das colchas costuradas que

vão passando de mãe para filha, como uma herança de memórias, afetos e resistências. Não se trata apenas da inspiração subjetiva presente pela inspiradora mulher que ela é, a exemplo das outras mulheres que contribuíram com suas vozes assíncronas e atemporais embora extremamente pertinentes na contemporaneidade. Isso também, mas mais do firme posicionamento que indica, sinaliza, grita a necessidade de uma educação pautada em princípios de igualdade, respeito e reconhecimento da riquíssima diversidade que compõe as sociedades.

Tal como a colcha de retalhos que tanto mais rica é quanto mais colorida, reconhecer as singularidades que compõem cada sujeito é pensar em múltiplos modos de ser, dizer, ter e fazer o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre as vivências e escrevivências de mulheres negras que foram criando caminhos para si e abrindo caminhos para quem as sucedeu e sucederá, muito especialmente, na educação e na literatura catarinense é uma tarefa árdua ao mesmo tempo que extremamente inspiradora. Reconhecer as escrevivências de Maria a exemplo de outras mulheres negras professoras e escritoras da região sul de Santa Catarina implica em olhar mais demoradamente para as questões raciais e de gênero em nosso estado, em nossa nação. Em um processo de exponencial desenvolvimento dos sujeitos, pode-se dizer que foram construindo os próprios caminhos enquanto caminhavam. As histórias e as narrativas de vida trazidas nesse texto dissertativo apresentam uma progressiva maneira de se compreender, compreender o outro e se compreender no mundo.

Os marcos legais abordados no texto demonstram conquistas significativas tanto no sentido de criminalização e conceituação do racismo e do preconceito de gênero, quanto no sentido de desenvolver uma educação mais alinhada às práticas antirracistas, muito especialmente no Estado de Santa Catarina, um estado que ainda tem em suas entrelinhas e muitas vezes em todos e cada um dos quadros que compõem essa sociedade/colcha, as marcas da aversão e do desprezo destinados às diferenças.

As vivências das muitas Marias das Ilhas (Antonietas), das bell (hooks), das Conceições e assim por diante... essas vivências contam narrativas biográficas distintas de suas narrativas de nascimento, aquelas trajetórias de um predestinado caminho único a ser seguido ou, para citar Chimamanda, as histórias únicas que são contadas (e vividas) repetidamente.

A materialização da pesquisa, por meio da análise da empiria, a entrevista narrativa com uma mulher negra professora escritora sul-catarinense demonstra os entraves, as dificuldades e o papel da escola no processo de conquista de um tipo muito específico de liberdade: a liberdade de pensar, de dizer, de fazer, de escrever, de Ser.

Assim, ao observarmos todas as narrativas alinhavadas e, posteriormente, discutidas/bordadas com esmero no texto/colcha, pode-se inferir que o antídoto para o racismo, para o preconceito de gênero, talvez possa ser fabricado na escola, a partir

de uma mistura interessante: a mistura das letras, das palavras, dos pensamentos, das escrevivências, do reconhecimento de si e do outro.

Nessa mesma perspectiva, a escola também é um cenário profícuo de proliferação do racismo e do preconceito em suas variadas expressões, quando os seus sujeitos desconhecem tanto a importância de si para o desenvolvimento de uma sociedade equânime e que respeite os sujeitos em sua diversidade, quanto a importância do diálogo nesse processo de reconhecimento de diferentes possibilidades de ser, pensar, sentir, fazer, viver.

A escola representa papel fundamental no processo de desconstruir as percepções racistas, bem como de fortalecer o reconhecimento identitário e a construção de uma sociedade equânime e capaz de reconhecer e respeitar a diversidade.

Observa-se, no entanto, a partir da própria fala de Maria Regina, que considerou a sua aposentadoria como sendo sua alforria, que o escrever adquire o sentido mais de resistência e reconhecimento de si e da possibilidade de ocupar o seu próprio espaço de direito de existir no mundo do que o direito de viver da escrita. Fomentar a divulgação dos pensamentos, das obras, das mulheres que escrevem seria uma alternativa para que a escravidão não assumisse uma nova forma, a forma do trabalho remunerado (único possível), cuja origem remete mesmo a um instrumento de tortura: o *tripalium*.

Trazer as questões étnico-raciais para o chão da sala de aula é uma maneira de democratizar os discursos divergentes daqueles historicamente construídos que abordam pontualmente a necessidade de se respeitar e de saber (con)viver para além do preconceito. Os professores podem, por meio da literatura, contribuir para o fomento das discussões antirracistas na escola, promovendo a amplitude de olhares sobre a questão.

Ler as obras que dialogam sobre essa temática é experienciar várias vidas por meio da leitura, conhecendo e reconhecendo caminhos, existências e possibilidades tantas quanto são as histórias que são escrevidas pelas mulheres cuja pele já foi responsável por prejuízos nas diversas dimensões que compõem o ser humano. Esses prejuízos se materializam em âmbito profissional, pessoal, a partir das relações sociais instituídas.

O décimo terceiro conto da obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo, narra a história de Regina. Sendo mulher negra e pobre, trazia a

tríade do pecado de existir. Porém, apresenta aos olhos do leitor uma narrativa de vida diferente daquela profetizada pela sociedade. A partir do aprendizado, do desenvolvimento, do afeto e da vivência modificada, Regina conta uma história diferente da que “era para ser”.

De aprendizado, fica a compreensão científica e poética de que é possível Ser, por inteiro, em um mundo que busca submeter a existência feminina à vontade de um coletivo abstrato que tem gênero específico, mas tem um alcance para além do próprio gênero de domínio.

Ser mulher negra escritora no Brasil e, muito especialmente, em Santa Catarina é ser insubmissa. É Ser e conquistar para si esse direito: o direito que transcende o biológico existir e andar no mundo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story (TED Conferences)**. 2009. (vídeo). Disponível em: Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript. Acesso em: 10 jan. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, Antonieta de. **(1901-1952): uma intelectual negra pioneira e atual**. Portal Brasil de Fato. Paraíba. p.62, 25 out., 2021.

BRAGA, Graça Elenice dos Santos et al. **Processos identitários de jovens negros e negras do curso de licenciatura em pedagogia na UFRPE**. Campus Recife. 2016.

BRASIL, Leis Estaduais. **Lei nº 16.719, de 8 de outubro de 2015 (revogada pela lei nº 17335/2017)**. Consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina. Jan., 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-16719-2015-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-a-instituicao-de-datas-e-festividades-alusivas-no-ambito-do-estado-de-santa-catarina>. Acesso em 11/04/25

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 01 set 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2012.

CAMPOS, Vanessa Lopes Coutinho. **Um olhar sobre a história, as histórias e as memórias no universo literário de Carolina Maria de Jesus**. 2021. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 93p., Set., 2021. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/0315e602-3ad2-400b-909c-d08550309fd1>

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha; Do Brasil, Pen Clube. **Representações da mulher negra na literatura brasileira**. 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547291019.pdf>

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos feministas**. p.544-552. 1995.

CRUZ, Lorrany Andrade da. **Costurando a vida com fios de ferro: mulheres negras no limiar entre a vida e a morte em Olhos d'água, de Conceição Evaristo**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6463>

DEPUTADA Luciane homenageia professora Jeruse Romão com a Comenda do Legislativo. **Deputada Luciane Carminatti**. Nov., 2023. Disponível em: <https://lucianecarminatti.com.br/deputada-luciane-homenageia-professora-jeruse-romao-com-a-comenda-do-legislativo/>. Acesso em: 11 abr., 2025.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. *In: _____*. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 107–118

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte, Nandyala. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

HOOKS, Bell. An aesthetic of blackness: strange and oppositional. *Lenox Avenue: A Journal of Interarts Inquiry*, v. 1, 1995

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo. SP: Ática, 2007.

MATOS, Patrícia Modesto; FRANÇA, Dalila Xavier de. Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

MELO, Henrique Furtado de. **Narrar e narrar-se, criar e criar-se: a escrevivência de Conceição Evaristo como emancipação do corpo negro**. RIUEL, 2024.

Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/6c792cc8-a008-4bbd-9b65-44fa931c49cd>

MORAES, Robson Batista. A atenção conferida ao segmento racial negro no exame Celpo-Bras: apagamentos e problematizações. **Calidoscópico**, v. 20, n. 2, 2022.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

NOLASCO, Milena de Siqueira; SILVA, Liliane Santos Pereira; DO NASCIMENTO, Mayk Andreele. O cuidado em saúde e a dança: vivências de jovens mulheres quilombolas: corporal experiences of young quilombolas. **SER Social**, v. 25, n. 53, 2023.

NOLASCO, Nathália do Nascimento Gonçalves. **Lendo mulheres afro-brasileiras”: (re) (des) construção identitária e letramento crítico em uma escola de autoria**. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6463>

OLIVEIRA, Elissânia da Silva. **“É só de brincando, tia!” racismo recreativo em apelidos, piadas e brincadeiras no ambiente escolar**. 2010a.

OLIVEIRA, Fabiana de. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266837900_Infancia_raca_e_paparicao . Acesso em: 17 jul. 2024.

RIBEIRO, Barbara Santana. **Socialização étnico-racial e silêncio sobre raça entre universitários**. 2022.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-12, 2013.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SACRAMENTO, Douglas Santana Ariston. **Os fios da morte nos tecidos da memória: um estudo comparativo sobre Amada, de Toni Morrison e Becos da memória de Conceição Evaristo**. Maio 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35145>

SANTA CATARINA. Legislação Estadual de Santa Catarina. **Lei Ordinária nº 15.982, de 9 de abril de 2013**. Dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, e adota outras providências. Florianópolis. Disponível em: <https://l1nq.com/9VcaR>. Acesso em 03/02/2025.

SANTOS, Ana Paula Freitas dos. **Os contos de Conceição Evaristo e a representação da mulher negra: diáspora, gênero e descolonização**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225930>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Editora Companhia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. **Raça e diversidade**. 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês et al. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. 2021.

SILVA, Ana Lúcia; MOREIRA, Raylene Barbosa. História política, mulheres e feminismo negro em movimento: Grupo Lélia Gonzalez no Brasil. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 32, n. 02, p. 152-167, 2023.

SOUZA, Adriana Soares de et al. **Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo**. 2011.

SOUZA, Fernanda Costa. **A literatura afro-brasileira para a infância: De mulheres para meninas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235773>

VASCONCELOS, Lidiane Lima de. **As violências escritas em Olhos d'água, de Conceição Evaristo**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237980>

WESTIN, Ricardo. **Brasil criou 1ª lei antirracismo após hotel em SP negar hospedagem a dançarina negra americana**. Agência Senado. Nº 69. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-criou-1a-lei-antirracismo-apos-hotel-em-sp-negar-hospedagem-a-dancarina-negra-americana>, acessado em 10 setembro de 2024.

WOODWARD, Kathryn et al. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, v. 15, p. 7-72, 2000.

ANEXO

QUESTÕES PARA ENTREVISTA

1. Considerando que você é, por essência, contadora de histórias, como você contaria para mim, em um espaço limitado de tempo, a história da sua vida? Quem é a pessoa que constitui a escritora?
2. Qual seu lugar de fala (e escrita) no mundo?
3. Ao revisitar as memórias da sua infância e adolescência nos ambientes escolares, quais delas você considera como marcantes elementos de sua vida de estudante?
4. Como você descreve seu percurso formativo aliado à sua profissão? Como você percebe os impactos da Lei 10639/03 e das Diretrizes para o Ensino Étnico racial nas escolas no cotidiano da sociedade?
5. Você é escritora. Como é ser mulher escritora negra em nossa sociedade? Como você se conhece e se reconhece nos espaços que te constituem e que você constitui?
6. Quando as pessoas escrevem, elas escrevem para alguém. Quem é o “seu alguém”? O ato de escrever normalmente suscita a possível existência de um leitor outro que a pessoa que escreve. Quem é esse leitor para quem você escreve?
7. Como você decidiu escrever para esse perfil de leitor? Quais as razões que te fizeram escolher escrever para esse público e não qualquer outro público?
8. O posicionamento autoral no texto requer clareza de si. Como você se reconhece em meio aos discursos sobre as questões de gênero, raça e poder de consumo?
9. Perguntamos para quem você escreve. Mas também gostaríamos de saber quem são suas referências na literatura. Quem você lê?
10. Que memória você deseja ser, quando falamos da mulher negra que escrevia livros?